



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 21 - Nº 395 - DE 10 A 24 DE JULHO DE 2010 - R\$ 3,00

## **Centrais aceitam um salário mínimo de fome** **A tentativa de unificação da Conlutas com Intersindical:** **nada a ver com a democracia operária;** **tudo depende de quanto cada lado está disposto a ceder** **A heróica greve dos funcionários da USP** **Polícia reprime a greve no Judiciário-SP**



**Congresso do POR boliviano**

**A burguesia e seus candidatos  
procuram arrastar as massas  
para a farsa do circo eleitoral.  
A frente de esquerda faliu  
e se desintegrou.**

**Combater a burguesia e defender a  
independência de classe, o programa da  
Revolução Proletária, as reivindicações dos  
oprimidos e o método da luta de classes:**

**VOTO NULO**  
**PROGRAMÁTICO**

# PSDB e Serra tiveram de submeter ao DEM

A estratégia eleitoral do PSDB era ter o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, como vice de José Serra. O argumento de uma chapa “puro sangue” se resumia na importância da figura carismática do político mineiro e no fato de Minas ser o segundo maior colégio eleitoral. Aécio havia postulado sua candidatura para presidência. Uma vez vencido, estando como vice, asseguraria maior empenho do PSDB mineiro, descontente com o PSDB paulista. Apesar da campanha em favor da chapa “puro sangue”, prevaleceu a decisão de Aécio de se candidatar para o Senado, cuja vitória é certa.

O cacique não ficaria em um cargo subalterno. Como senador, estaria criando as condições para a próxima disputa. Mas o problema do vice era mais complicado do que as pretensões políticas de Aécio. Quem poderia ocupar essa posição? A chapa “puro sangue” obtinha consenso entre todos os aliados do PSDB, justamente pela força eleitoral que Aécio conferiria à candidatura de Serra. Mas sem o caudilho mineiro os aliados exigiriam o posto de vice. Não por acaso, Serra segurou a definição até o último momento. O PSDB procurou atrair novos aliados. A vaga de vice passou a ser um chamativo.

O PP malufista se afastou da base aliada de Lula/Dilma e pleiteou o cargo para Francisco Dornelles. O fato do pepista ter patrocinado uma emenda no projeto de ficha limpa, mudando o tempo verbal para evitar que políticos com condenação passada não tivessem suas candidaturas bloqueadas, tornou-se um empecilho. O PP decidiu, então, não apoiar nenhum candidato, ou seja, não entregar a Dilma, nem a Serra o seu tempo nos meios de comunicação. Certamente, contribuíram para essa decisão, as novas pesquisas eleitorais que apontavam uma recuperação de Dilma da defasagem de 10% a favor de Serra.

Um novo aliado, o PTB, que também rompeu a aliança com Lula, pleiteou um vice que não fosse do DEM, partido aliado do PSDB, que se pode dizer histórico. O PPS, partido derivado do apodrecido PCB, por seu tamanho e insignificância, não poderia pleitear a vice, assim o melhor era ficar tudo com o PSDB. Está aí por que o corrupto Roberto Jefferson (PTB) e o vendido Roberto Freire (PPS) colocaram-se de acordo com a escolha do senador Álvaro Dias.

Obtida a anuência do PTB e PPS, Serra imaginou que o DEM seria convencido de que a definição estava encerrada. A solução foi apresentada ao presidente do DEM, Rodrigo Maia, como uma fórmula que neutralizaria o PT no estado do Paraná, já que Osmar Dias, do PDT, não ficaria em oposição ao irmão Álvaro Dias. A manobra anti-Dilma estava montada, com a permissão do PDT, que é da coligação lulista.

Ocorre que o DEM ameaçou romper a aliança com o PSDB e exigiu que o cargo de vice. Serra foi obrigado a voltar atrás e aceitar o obscuro deputado Índio da Costa (RJ). No Paraná, Osmar Dias manteve a coligação com Dilma.

As negociatas e jogo sujo são típicos da política burguesa. Um dos argumentos de Jefferson contra o vice do DEM foi o de que esse partido traria à tona o recente escândalo do mensalão do Distrito Federal, que resultou na prisão e destituição do governador José Roberto Arruda. O cinismo do petebista é típico da decomposição dos partidos da burguesia – o homem foi cassado por corrupção nos Correios e esteve no epicentro

da crise do mensalão do PT. Por sua vez, o DEM apresentou Índio como político confiável, ocupando o lugar de relator do projeto “Ficha Limpa”. Mas já se sabe que o representante do DEM não é flor que se cheire. Responde a processo de uso indevido do dinheiro público quando ainda era vereador.

Não há partido da ordem capitalista que não tem ramificações com as quadrilhas que parasitam nos porões do Estado. O PT que se proclamou um partido novo - livre das peias dos velhos partidos oligárquicos e vinculado às aspirações dos explorados - e que se propunha combater a bandidagem, democratizando o Estado e governando para a maioria, apodreceu antes mesmo de Lula pôr os pés no Planalto.

## Ficha Suja – Máscara da podridão burguesa

Ongs, Igreja, sindicatos etc obtiveram uma lei que impede candidaturas de políticos condenados por órgãos colegiados do Judiciário. A podridão é tão grande que os arautos da democracia burguesa querem moralizá-la, limitando as candidaturas àqueles que passarem pelo crivo da “Ficha Limpa”. Ou seja, àqueles que não foram pegos em flagrante corrupção.

Se se vasculhasse a vida de cada um, não sobraria ninguém. Para o bem da democracia, a vida dos políticos não é aberta, pelo contrário estão protegidas pelo sigilo de suas contas, negócios e propriedades. Os candidatos e partidos são comprados pelos grandes grupos econômicos, como somas altíssimas, antes mesmo de serem eleitos.

Caso se quebrasse o sigilo, o que somente uma revolução social poderia fazê-lo, as massas veriam horrorizadas que a democracia não passa de uma casa de jogatina, destinada a gerenciar os negócios da burguesia e garantir-lhe a exploração do trabalho da maioria. Mas o movimento pequeno-burguês moralizante – no fundo burguês – quer que os pobres e oprimidos acreditem que seu voto tem valor e que com a lei da Ficha Limpa a democracia estará assegurada como um bem de todos.

Quando o deputado Francisco Dornelles (PP) mudou o tempo verbal do projeto, houve um grito uníssono – Querem desfigurar a lei! Mas Tribunal Superior Eleitoral (TSE) garantiu o espírito da nova legislação. Estão sujeitos ao veto as candidaturas de políticos condenados por órgãos colegiados antes e depois de sancionada a lei da Ficha Limpa.

Um dos papas do DEM, o senador Heráclito Fortes, teve sua candidatura garantida por decisão de Gilmar Mendes, embora arraste a condenação de “conduta lesiva ao patrimônio público”, ou seja, ladroagem.

As condenações são inúmeras, mas a imensa maioria não se deu por órgãos colegiados, como exige a lei. Assim, prosseguem as inscrições dos corruptos e criminosos declarados. Do lado do PT, apoiando Dilma, estão José Sarney, Renan Calheiros, Fernando Collor, Jades Barbalho etc.; do PSDB, Joaquim Roriz, Roberto Jefferson, Heráclito Fortes etc.

## Programa burguês das candidaturas

Os dois partidos, com suas respectivas alianças, que polarizam a disputa são burgueses. O PT se integrou até a medula no Estado. Na presidência, Lula pôde mostrar toda sua utilidade para a burguesia nacional e o imperialismo.

Já não se utiliza a linguagem do reformismo, a não ser nas convenções do partido. Nesses momentos, abre-se a feira ideológica. As inúmeras tendências soltam o verbo do socialismo, da defesa da soberania, da reforma agrária, dos direitos dos trabalhadores, da participação popular na democracia e quejandos. Alguns pontos das esquerdas são contemplados, para que venham a compor o programa do candidato. Porém, logo a farsa evapora. Uma camarilha define o que é de interesse eleitoral do PT. Separa o que a burguesia necessita para apoiar com muito dinheiro a campanha e o que soa bem aos ouvidos das massas iludidas.

O episódio da inscrição no TSE do programa não oficial da candidata Dilma Rousseff é bem representativo da farsa. Nele, constavam pontos almejados pela esquerda, com os quais a candidata se veria atrapalhada frente às críticas da imprensa, da Igreja e de setores burgueses. São eles: 1. Reforma agrária, cumprimento da função social da terra, atualização do índice de produtividade, revogação de atos de FHC de criminalização dos movimentos sociais, audiência pública prévia ao julgamento de liminar de integração de posse e controle do acesso à terra por estrangeiros. 2. Defesa da jornada de 40 horas, sem redução dos salários. 3. Direito das mulheres de tomarem suas próprias decisões em assuntos que afetam o seu corpo e a sua saúde. 3. Democratização da comunicação social, combate ao monopólio dos meios de informação, reativação do Conselho Nacional de Comunicação Social.

Assim que surgiram os primeiros questionamentos, a direção do PT reconheceu que houve uma troca de documento e um novo texto foi registrado no TSE. Eis a reação de Dilma: “... baixaram o documento errado ... em vez de colocar o documento da campanha, colocaram o programa aprovado no congresso do PT, que é do PT ... não concordamos com vários pontos do documento do PT”. Além de sua discordância, Dilma ressalta que o programa de campanha terá de contar com a concordância dos partidos coligados, a exemplo do PMDB.

O que há de radical? Nada. Não toca na grande propriedade da terra. Os latifundiários continuarão protegidos. Não cerceia a repressão aos camponeses. E as terras poderão ser arrebataadas pelo capital externo. Não se diz como quebrar o monopólio das comunicações. Quarenta horas já são praticadas pelas grandes empresas, não resolverão o desemprego massivo. O direito ao aborto aparece de maneira disfarçada. Esse ou aquele empecilho é a contribuição mesquinha e ridícula da esquerda nacional-reformista. Mesmo assim, Lula/Dilma

## De que esquerda petista se fala?

Os revisionistas do Secretariado Unificado (SU), que seguiram as posições liquidacionistas da IV Internacional, se diluíram a tal ponto no PT que acabou provocando uma cisão. Uma de suas frações veio a formar o PSOL, seguindo a rota socialdemocrata de esquerda pequeno burguesa e outra se desintegrou nas estruturas burocráticas do PT e do Estado. Quase não se tem a defesa da IV e do trotskismo, felizmente. A corrente “O Trabalho”, identificada com a IV Internacional lambertista, insiste que sua militância no PT e seu apoio à constituição do governo Lula, bem como sua defesa da candidatura de Dilma Rousseff, decorrem do trotskismo. Infelizmente, falseiam a linha do marxismo-leninismo-trotskismo perante o reformismo e o governo burguês reformista. Em 4

rejeitaram a caricatura de reformas indicadas pelo congresso do partido.

No documento oficial, que substituiu o programa bastardo, consta a diretriz de fortalecer o agronegócio. O fundamental está em que o PT, Lula e a candidata Dilma se curvaram há muito perante a grande propriedade, às multinacionais e ao domínio imperialista.

A esquerda petista faz demagogia com alguns aspectos do reformismo, que, por mais raquítico que seja, comparece como radical, nas disputas eleitorais.

A discussão do “programa” interessa apenas à burguesia, ou a alguma de suas frações mais poderosas. A Confederação Nacional da Indústria, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Confederação da Agricultura e a Igreja são os poderes que influenciam os partidos e os governos eleitos. As diretrizes exigidas são de apoio ao lucro, à expansão de seus negócios, à contenção da luta de classes e ataques às conquistas sociais, consideradas um peso para o Estado e para os empresários, como o ensino gratuito, a previdência, direitos trabalhistas etc.

A burocracia sindical faz de conta que é capaz de incluir algumas reivindicações da classe operária, dos camponeses e da pequena burguesia urbana. Mas sua função não é outra senão arrastar as massas por trás dos partidos da burguesia e alimentar as ilusões no governo, parlamento e justiça.

O PMDB estampou sua bandeira de privatizar as universidades públicas. É um aliado do PT em torno de Dilma, uma força que agirá com poderes maiores que no atual governo Lula. O governo Lula serviu sem peias ao grande capital – aos bancos, agroindústria e multinacionais. O PT sustentou esse governo, aproximando-se da oligarquia e metendo-se no que há de mais podre da política burguesa. De forma que as diferenças com o PSDB e Serra são pontuais. O embate entre as duas candidaturas se dá sobre o terreno de que governo será melhor para a administração do capital e controle das massas pelo Estado.

A tarefa revolucionária é lutar no seio das massas com o programa da revolução e ditadura proletárias, levantar as reivindicações dos explorados, defender a aliança operária e camponesa e combater pela independência política frente aos partidos da burguesia. Há que travar o combate pela atenção da classe operária em torno da construção do partido marxista-leninista-trotskista.

de setembro de 1998, por ocasião de um ato de comemoração dos 60 anos da IV Internacional, em Paris, Markus Sokol, da corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores, discursou em defesa de “um governo do PT que satisfaça as reivindicações.” Reconhece que Lula “se apresenta como candidato por uma frente com partidos da burguesia”. E apresenta a política do O Trabalho - “Nós dizemos: o povo quer um governo do PT que rompa com o imperialismo, um governo que não aceite participar de reuniões como esta para o qual o Sr. Camdessus acaba de convocar os ministros de Economia das Américas” (Revista “A Verdade”, nº 22/23, dezembro de 1998). Bem, Lula constituiu-se como governo burguês em dois mandatos, tornou-se uma figura das reuniões convocadas pelas potências,

atendeu o chamado da ONU/EUA para enviar tropas para o Haiti, que lá estão até hoje reprimindo os explorados, manteve a política econômica de FHC, deu continuidade às diretrizes de apoio ao agronegócio, ludibriou os camponeses, favoreceu os banqueiros e especuladores etc. O que mais os ditos trotskistas precisam para se convencer de que colaboram com a política burguesa do PT e com as ações antioperárias e antipopulares de Lula? No 4º Congresso do PT, em fevereiro deste ano, o mesmo Sokol repetiria o discurso de 1998, como se nada tivesse ocorrido. Diz: “Nós propomos um verdadei-

ro governo do PT para avançar as mudanças que não foram feitas”. Bastaria ver o que o governo do PT fez para concluir que se constituiu em uma força contrarrevolucionária, que estatizou os sindicatos, burocratizou a CUT e colaborou com a implantação das medidas de flexibilização do trabalho. Os lambertistas descambaram para o democratismo e o nacionalismo pequeno-burguês, com a defesa genérica da “nação” e dos trabalhadores, por uma Constituinte Soberana para “dar a última palavra ao povo”, tudo nos marcos do capitalismo e da defesa de um governo do PT.

## Programa do PSTU para as eleições

Fracassada a tentativa de reeditar a Frente de Esquerda com o PSOL e PCB, os morenistas se lançaram à campanha de Zé Maria para a presidência da República. No editorial do jornal “Opinião Socialista”, nº 405, de 26 de maio, “Atualidade do socialismo nas lutas e nas eleições”, resume-se a essência do programa: “... programa socialista, que defende a estatização dos bancos e das grandes multinacionais e nacionais sob o controle dos trabalhadores ... que defende o não pagamento das dívidas externa e interna.”

No Manifesto de 16 pontos, detalham-se os aspectos programáticos. Em resumo: rompimento com o imperialismo; reestatização das empresas privatizadas; estatização dos bancos, sob o controle dos trabalhadores; reajuste do salário mínimo de acordo com o índice do Dieese, defesa dos salários dos aposentados; emprego a todos, redução da jornada para 36 horas, sem redução dos salários, plano de obras públicas, estatização de grandes empresas; reforma agrária, expropriação das terras do agronegócio; ecologia socialista. Os demais pontos se referem à educação, juventude, moradia, violência etc.

Na abertura do Manifesto-Programa, o PSTU declara: “É necessário governar com e para os trabalhadores, com um programa socialista. Nossa campanha estará dedicada a demonstrar que um governo socialista dos trabalhadores é possível e necessário”.

Sem dúvida, as medidas apresentadas confrontam o grande capital, os latifundiários e o imperialismo. Parte delas consta no Programa de Transição. Mas bem entendido, como medidas transitórias, portanto ainda não são socialistas. Tomemos as palavras de Trotsky, redator do Programa da IV Internacional: “E preciso ajudar as massas no processo de sua luta cotidiana a encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista.”

Está claro que as reivindicações transitórias se ligam ao “programa da revolução socialista”. A luta pelas reivindicações transitórias conduz “inevitavelmente a uma só conclusão: a conquista do poder pelo proletariado.” Uma última citação: “O velho programa ‘mínimo’ é constantemente superado pelo PROGRAMA DE TRANSIÇÃO, cuja tarefa consiste uma mobilização sistemática das massas para a revolução proletária”.

O programa apresentado pelo PSTU não é socialista e nem corresponde à concepção e método do Programa de Transição. É uma peça de oratória eleitoral de esquerda. As tarefas dos 16

pontos são arroladas como fim em si mesmo, como se já fossem socialistas – na realidade não expressam a expropriação geral da propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade coletiva, socialista.

A classe operária e demais oprimidos serão convocados a votar no candidato do PSTU para conformar “um governo socialista dos trabalhadores”. Os morenistas querem em sua campanha demonstrar às massas que tal salto “é possível e necessário”. É na ausência da estratégia e da tática revolucionárias que encontramos a impostura do “programa socialista” do PSTU. O ilusionismo eleitoral não é instigado apenas pelos partidos da burguesia, mas também pelas correntes centristas e reformistas pequeno-burguesas. Acrescenta-se que tais socialistas eleitores via de regra caem no auto-engano, alimentam suas próprias ilusões. Dizem que aplicam o leninismo. Mas apenas quanto à necessidade dos revolucionários atuarem nas eleições. O problema está que não atuam nas eleições com o programa e a tática marxistas. Não levam para o proletariado, camponeses, classe média arruinada e juventude oprimida o programa da revolução e ditadura proletárias. Não desmascaram as eleições com instrumento de dominação. Não usam a campanha como tribuna de ataque aos partidos da burguesia e defesa dos métodos da luta de classes, que correspondem às tarefas e à estratégia de constituição de um governo operário e camponês, que expresse a ditadura do proletariado.

A defesa do socialismo sem a estratégia e sem os métodos é uma abstração, que serve à fraude. No Programa de Transição, que consta de tarefas conexas, a serem aplicadas de acordo com as condições concretas, é decisiva a estratégia da tomada do poder e os meios para isso, extraídos das experiências históricas da luta de classes internacional.

O PSTU simplesmente desconsidera que disputa as eleições não só para o parlamento, mas também para a Presidência. Assim, está colocando para os explorados a formação de um governo pela via eleitoral. Toda a abertura do Manifesto está dedicada ao engodo da possibilidade de se conquistar um governo socialista pela via eleitoral. Trata-se de um otimismo e exitismo pueris, que jogam por terra o anti-imperialismo, estatizações e nacionalizações, sob o controle dos trabalhadores anunciados nos “16 motivos para apoiar uma campanha clasista e socialista”.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**

# A unificação Conlutas e Intersindical ainda é possível?

Se depender do enunciado formal contido no “Manifesto acerca do Congresso da Classe Trabalhadora – Conclat - e sua recomposição”, assinado pela Intersindical, Unidos Prá Lutar e TLS de 26 de junho e da “Nota da Secretaria Executiva Nacional Provisória eleita no Conclat”, assinada pela direção provisória da Central Sindical e Popular, de 15 de junho, haverá um acordo.

A nota da Secretaria Provisória diz: “Reiteramos a nossa disposição de empreender todos os esforços para a recomposição”. A ruptura ocorreu devido à votação do nome da nova Central. A nota da Secretaria Provisória mostra a disposição de revê-lo. Até que se reúna a Coordenação Nacional em fins de julho, não será usado o nome Intersindical. Os textos da nova Central, portanto, serão assinados apenas pela Secretaria Provisória e pela Central Sindical e Popular. Nota-se que também não se utilizará a sigla Conlutas.

O recuo do PSTU é claro. A votação do Congresso poderá ser desfeita pela Coordenação Nacional. A Secretaria Provisória preparou o caminho, não consagrando o nome.

No Manifesto dos rupturistas, afirma-se: “Avaliando estes elementos, acreditamos que a construção de uma nova Central sindical e popular não encerrou neste Congresso da Classe Trabalhadora. (...) E, apostando neste processo, acreditamos que a recomposição de todos os setores que convocaram o Conclat rumo à unidade em uma mesma Central sindical e popular passa por: (...) Em seguida vêm as condições. A primeira delas, que se mude o nome e logotipo. Tudo indica que o PSTU aceitará a condição. O restante parece mais complicado. O ponto dois (Funcionamento democrático) prescreve o critério de unidade consensual, baseada em acordos. Caso não se chegue ao “consenso”, a decisão pelo voto se daria sob o critério de “quórum qualificado de 2/3 para as decisões políticas”. Divergências de “princípios e de concepção” não se votam. Garantia que na Secretaria Executiva e no Conselho

Fiscal o bloco terá os 40%, representativos da delegação no Conclat. Essas são as principais condições.

Como se pode ver, a implosão da unificação ocorreu por uma ordem de fatores e divergências amplos, que se concentraram e se cristalizaram no nome da Central. O PSTU foi tomado de surpresa pela virulência do abandono do congresso pela Intersindical/PSOL, que arrastou os demais descontentes. No dia seguinte, certamente, estava arrependido de sustentar o nome Conlutas, que apenas serviu de estopim para a ruptura. Não lhe seria sacrifício impossível atender à exigência da Intersindical e aprovar o nome sindical e popular, uma vez que o rompimento do congresso seria mais danoso para uma Conlutas minoritária e que necessita da unificação para levar adiante a política do PSTU de divisão da CUT.

Caso a reunião do bloco rupturista tivesse exigido apenas a mudança de nome e a reivindicação de sua participação proporcional (40%), a recomposição estaria praticamente assegurada. Mas o bloco foi mais longe, exige que se acate o critério do quórum qualificado de 2/3, que foi votado e rejeitado no Congresso.

A crítica de fundo é que o PSTU impôs uma maioria burocrática, de forma a assegurar a hegemonia do novo aparato e, portanto, de sua política. E no fundo do fundo se encontra a caracterização de que um partido – o PSTU – controlaria a nova central, como o fez com a Conlutas, o que seria a negação do princípio de “independência e autonomia frente aos partidos políticos”. É o que lemos explicitamente no parágrafo: “(...) Se não é independente, é dependente! Sem isso (autonomia), pode tornar-se natural passar por cima das necessidades da classe e voltar-se aos interesses dos indivíduos e forças políticas que ocasionalmente dirigem a Central.” As forças ocasionais, no caso concreto, referem-se a uma força partidária – o PSTU. Como resolver a questão? Exigindo critérios: 1. Consenso; 2. Quórum qualificado; 3.

Proibição de se votar questões de princípio e de concepção.

O bloco da Intersindical pretende resolver a questão política da direção com medidas administrativas, portanto, pela via estritamente estatutária, que assim resulta em medidas burocráticas. Imagina-se que dificultando o PSTU de exercer sua hegemonia por meio do voto por maioria simples, chegar-se-á à unidade em torno de uma Central regida pela independência e autonomia frente aos partidos políticos. A desconfiança de que o PSTU no controle do aparato impedirá a minoria de se tornar amanhã maioria é própria das condições de unificação aparelhista. Distintamente seria se a nova Central fosse o resultado de um levante do proletariado, que passaria ao largo das Centrais estatizadas, desconhecendo-as, rechaçando a burocracia contrarrevolucionária e arrastando as camadas dos camponeses pobres e da classe média urbana arruinada. Mas não há nenhum movimento dessa natureza. O que implica um trabalho dentro e fora da CUT, como defendeu e defende o POR perante o processo de cisão da Conlutas.

A relação entre o partido revolucionário e os sindicatos foi equacionada há muito pelo marxismo. Há uma separação completa entre a organização partidária – centralista-democrática – e a organização sindical – organismo de frente única. Nesse aspecto, há a autonomia dos sindicatos. Mas a independência política frente à burguesia, ao Estado e a seus partidos depende da direção revolucionária e essa depende de sua ligação com o programa da revolução e ditadura proletárias, materializado pelo partido marxista-leninista-trotskyista. A crítica ao PSTU não é feita nesse terreno, mas sim no do preconceito contra o partido e mesmo no do ataque ao trotskismo, confundido com o revisionismo morenista.

O fato é que a ruptura com a CUT se deu em função da perda de espaço da oposição no aparato, cada vez mais fechado pela burocratização. Cometeu-se, portanto, um brutal erro ao arrancar de

seu seio um conjunto de sindicatos dirigidos pela oposição de esquerda, de forma que a burocracia sentiu-se aliviada.

As contradições econômicas e as necessidades do proletariado reagir aos ataques da burguesia modificarão a situação política favorável à estatização. Haveria de se trabalhar estrategicamente como fração revolucionária, unificando, contra a burocracia, a militância classista, que se soldaria com as lutas que certamente virão e colocarão os explorados em choque com a burocracia petista, estalinista e direitista. Sem se partir dessa premissa, não se entende as reais razões da implosão do processo de unificação da Conlutas e Intersindical.

A acusação do bloco de que o PSTU não respeitou a democracia não se sustenta. A posição de que o PSTU usou “de uma maioria pontual sobre uma minoria eventual”, violando a democracia operária e que esta se realizaria por meio de consensos, “quando da fundação de um novo instrumento”, é oportunista. A noção de que “o consenso” garantiria a democracia operária para se unificar forças distintas e criar uma nova Central é uma invenção. O “consenso” é um arranjo, uma acomodação e uma renúncia à decisão pelo voto de divergências intransponíveis, na situação concreta.

Mas por que o bloco exigia o consenso? Porque se tratava não da fundação de uma central assentada nas massas proletárias e demais explorados, mas de uma junção de aparatos do PSTU e do PSOL, aglutinados na Conlutas e na Intersindical, os demais agrupamentos foram arrastados, inclusive as seitas tiritantes. Logo o método de unificação não poderia se dar sobre a base da democracia operária, em que o Congresso aprova um estatuto, uma carta de princípios classistas e elege uma direção, que por ser a primeira é provisória, tendo por mandato uma data breve de convocação de um próximo congresso, que elegerá a direção efetiva e definirá as tarefas para o período. O critério de proporcionalidade garante a participação da minoria em todas as instâncias e estatutariamente e pela carta de princípios estarão assegurados os direitos e deveres regidos pela democracia operária.

O consenso é política de aparatos. O

PSTU tem razão quando diz que se deve votar os desacordos. Na realidade, um Congresso se reúne para decidir pelo voto toda matéria colocada em pauta. O problema está em que a maioria do PSTU não era expressão de delegados de fábrica e locais de trabalho, mas sim, em sua grande maioria, de sua militância. O voto era de carta marcada, bem como as vaías de ambos os lados. Resolver esse fenômeno político por meio de uma imposição de consenso ou de quórum qualificado é burocrático e autoritário.

O bloco se reivindica da democracia operária, no entanto, usa a ruptura do Conclat para fazer chantagem com o PSTU. Está disposto a reconstituir a “unidade”, desde que o PSTU acate suas condições. O que implica não somente mudar o nome mas também adotar o critério do consenso e do quórum qualificado. Desde quando a imposição burocrática tem a ver com a democracia operária! O manejo do conceito serve à política dos conchavos. Para se opor à hegemonia do PSTU, foi constituído um bloco. Divididos representam pouco. Está claro que o bloco não expressa unidade real. Formou-se circunstancialmente para contrabalançar o poder aparelhista do PSTU. Assim, tornou-se um instrumento de barganha, que acabou não dando certo.

Na democracia operária, a minoria deve acatar a decisão por maioria, sem contudo abrir mão de suas posições, que deverão continuar vigentes enquanto a realidade não demonstrar que linha é a correta. Ora, se o Congresso não expressava a democracia operária, porque a delegação era de militância com mandato imperativo, portanto, de cartas marcadas, deveria ser colocado nesses termos e explicado o porquê, e não rechaçar o princípio formal da democracia, que é a decisão pelo voto, substituindo-o pelo critério do consenso.

A crítica de maioria circunstancial para se rejeitar o resultado da votação é absurda. Se se quer dizer que o congresso estava todo deformado pelo processo de representação, que o diga e tome-se a decisão sobre essa base e não sobre a falsa alegação de que não se deveria votar e sim obter consenso, ou então, ampliar o quórum. Uma vez que o congresso re-

jeitou em votação a proposta de quórum qualificado, os proponentes deveriam acatar a decisão e não usá-la depois para justificar a ruptura.

Todos querem a democracia operária como uma maneira de garantir de antemão suas posições, assim prestam-lhe um conteúdo de conveniência. A nota do bloco afirma que o rompimento se deu em torno das “diferenças na concepção de central e, principalmente, diferenças na concepção de democracia operária”. Se é assim, como será possível recompor o quadro estilhaçado pela ruptura do bloco? O PSTU terá de aceitar por consenso a suposta concepção da Intersindical e Unidos? Terá de adotar a concepção de democracia operária do bloco?

O PSTU afirma com todas as letras que houve um acordo entre todas as organizações que convocaram o Conclat de que as “diferenças que persistissem seriam definidas por votação dos/as delegados/as presentes.” Não houve desmentido. Se é assim, aumenta a gravidade do abandono do Congresso. Fica evidente que, para haver a recomposição, o PSTU deve ir muito além do recuo sobre o nome. Ou, então, o bloco deve se contentar com um novo nome.

O POR não participou com delegados no Congresso de junho, considerando que sua moção de não rompimento com a CUT e constituição de uma fração revolucionária já havia sido votada. Os acontecimentos têm confirmado o caráter aventureiro da cisão com a CUT. De forma alguma trabalhamos para o fracasso da unificação. Não obstante mantivemos a crítica. O fracasso da unificação retarda a experiência. Uma parcela da militância classista reconhecerá no futuro as posições marxistas do POR.

*A tarefa de constituir uma única central proletária, democrática e revolucionária há muito está colocada pelo desenvolvimento da classe operária e pela tremenda opressão exercida pela classe capitalista sobre a maioria nacional oprimida. A unidade organizativa e a centralização classista do proletariado, como direção política da maioria explorada, fazem parte do programa marxista-leninista-trotskista do POR.*

## Salário Mínimo

# Podridão das Centrais Sindicais

O Congresso Nacional votou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2011. Faz parte dessa Lei o reajuste do salário mínimo. O relator é o petista Tião Viana, que retirou do relatório a regra para o reajuste do salário mínimo que combina a média do PIB de dois anos (2008 e 2009) e a inflação do período. Usa o argumento de que por essa regra não haveria aumento real de salário, porque em 2009 o PIB regrediu 0,2%. O salário mínimo sairia de R\$ 510,00 e iria para R\$535,00. O petista apresentou a proposta de correção de 7,45% (média de crescimento dos dois anos (2,45%) acrescida da inflação de 5%). Assim, o salário deveria ir para 547,95. Pela regra do governo, daria 535 reais e pela do petista 547 reais. Mas, sob a pressão das Centrais Sindicais e das eleições que se avizinham, optou por retirar do relatório a regra do governo e incluir a previsão de aumento real do salário mínimo e das aposentadorias e pensões do INSS.

As Centrais Sindicais, organicamente vinculadas ao governo, apoiaram a decisão de Tião Viana. Disseram que vão pressionar, depois, para que o governo conceda um reajuste, tendo como base o crescimento da economia em 2010. Apresentaram como proposta o valor de R\$570,00. Portanto, trinta e cinco reais a mais do que é previsto em Lei e vinte reais a mais do que propõe o vendido petista.

A classe operária e os explorados em geral devem denunciar as direções sindicais pela proposta de fome à maioria dos trabalhadores. Todo ano, os burocratas correm atrás dos parlamentares para a obtenção de algumas migalhas para, depois, cantarem vitória. Recusam qualquer campanha em defesa do verdadeiro salário mínimo, o necessário para a manutenção de uma família de 4 pessoas. Os 570 reais ou o reajuste anunciado pelo governo sequer dão para comer. Para manter uma família é preciso um salário que dê para pagar o aluguel, as tarifas de água, gás e luz, o transporte e as despesas com remédios. Os burocratas das Centrais, que comem do bom e do melhor e que nada falta em sua mesa, negociam com os parla-

## Alagoas

# Calamidade, Fome e Miséria, “Condições Naturais” do Capitalismo

A edição nº 386 do jornal massas, de fevereiro desse ano, trouxe entre suas matérias de capa: “A burguesia e seus governos, são os culpados pelas dezenas de mortes pelas chuvas”. Naquele momento, o jornal tratou da tragédia ocorrida no Rio de Janeiro. A referida matéria poderia ser usada para descrever o recente caos que se instalou em Alagoas e Pernambuco, onde fortes chuvas vêm ocorrendo desde 18 de junho.

Em Alagoas, segundo a Defesa Civil, o número de mortos já chega a 37, mais de 600 pessoas estão desaparecidas, são 26.141 desabrigas e 15 municípios de-

cretaram estado de calamidade pública. Essas cidades enfrentam, além da falta de alimentos, medicamentos, hospitais, problemas com os serviços de água, luz e telefonia.

## Mais uma tragédia ambiental?

O discurso que atribui os problemas sociais às condições naturais, mais uma vez é empunhado pelos ambientalistas da burguesia e pelo Estado burguês. Os primeiros utilizam explicações cheias de meias-palavras, falam em aquecimento global, degradação ambiental de forma isolada, não relacionam os graves pro-

blemas ambientais à anarquia da produção capitalista.

mentares corruptos o reajuste miserável do salário mínimo. O governo Lula, como qualquer governo burguês, coloca-se na defesa da economia do País, do orçamento que movimenta bilhões em favor dos capitalistas, da redução dos recursos para a Previdência e de outras medidas de proteção da economia capitalista. Por isso, se volta contra a concessão de um salário mínimo vital. Não cabe no orçamento do governo nada que contrarie a diretriz da classe social que comanda o Estado. Um salário mínimo vital, de acordo com essa diretriz, quebra a economia. Lula prefere encurtar a vida dos milhões de aposentados e dos milhões de trabalhadores, que vivem do salário mínimo.

## A luta pelo salário mínimo vital

O retrocesso político da classe operária e o controle dos sindicatos pela burocracia governista têm impedido a reação contra tamanha violência. A independência da classe operária frente aos governos e a luta contra os burocratas sindicais são essenciais para que os explorados possam defender o salário mínimo vital. Daí a importância da constituição das frações revolucionárias no seio do operariado e a formação dos comitês de luta para se contraporem ao controle da burocracia sobre os sindicatos. Recuperar os sindicatos e a Central para os trabalhadores, expulsando os burocratas traidores.

O Partido Operário Revolucionário (POR) defende o salário mínimo vital, de R\$3.500,00, para que a família operária e camponesa possa ter as condições necessárias de existência. O POR combina a defesa do salário mínimo vital com a bandeira de escala móvel de reajuste salarial. O que significa recuperação do salário a cada momento que cresce a inflação. Mas para que a luta pelo salário mínimo vital tenha força é necessário a unidade dos explorados, sob a base do programa proletário e constituindo os comitês de base. As reivindicações dos explorados só serão arrancadas pela força da luta de classe.

blemas ambientais à anarquia da produção capitalista.

Alagoas praticamente acabou com suas reservas de mata atlântica, para dar lugar ao latifúndio monocultor da cana-de-açúcar, que combina pesquisa científicas e métodos pré-capitalistas de produção, fórmula que alimenta o setor sucroalcooleiro exportador (93,7% das exportações do estado em 2008 - MDS). Dessa forma, o estado cumpre seu papel no capitalismo internacional.

## Quem são os culpados pelo caos?

Quanto à burguesia e seu Estado,



utilizam as condições naturais para esconderem sua incapacidade histórica de resolver os problemas que o capitalismo impõe à maioria oprimida. A imprensa burguesa se empenha imediatamente em organizar campanhas humanitárias, e converter o sentimento de revolta em caridade pequeno burguesa. Essa imprensa esconde o fato de que o verdadeiro problema não está nas condições naturais, e sim na exploração e miséria que empurra os oprimidos para barracos nas periferias, morros e grotões.

Em Maceió, são comuns os desabamentos nos morros e grotas, deixando, a cada chuva forte, mortos e desabriga-

dos.

A falta de saneamento básico é um problema crônico em Alagoas. Segundo dados do próprio governo do estado, em 2009, menos de 50% da população contavam com serviço de saneamento. Em um estado que alterna com o Maranhão a condição de mais pobre do país, em 2009, 38,9% da população viviam na extrema pobreza (PNAD), refletindo o segundo pior IDH do País (0,649).

### **Ação direta contra os governos e o estado burguês**

Frente à situação o partido operário revolucionário denuncia: nenhum

governo burguês poderá solucionar os problemas engendrados pelo sistema capitalista.

O POR, convoca a todos os trabalhadores a converter os danos individuais em luta coletiva contra o Estado burguês e o sistema capitalista, verdadeiros culpados pelos problemas sociais. Exigimos dos governos:

- **Entrega, imediata, de moradias aos desabrigados;**
- **Utilização dos imóveis vazios para abrigar as vítimas das chuvas;**
- **Reposição pelo Estado de todas as perdas das famílias desabrigadas.**

## **A questão agrária na Bahia: o latifúndio e o avanço do agronegócio**

### **Economia combinada**

A questão agrária na Bahia faz parte de uma análise do funcionamento do modo de produção capitalista, em particular de suas configurações na economia do Brasil e do Nordeste. A economia capitalista em nosso país expressa a lei do desenvolvimento desigual e combinado, o que significa que a última palavra na indústria e na técnica, em alguns poucos centros industriais, convive com as mais atrasadas condições de produção, da técnica e da produtividade do trabalho em outras regiões. Uma breve análise histórica nos mostra que, desde o processo de colonização, a economia do país foi submetida às necessidades do capitalismo europeu em expansão, inicialmente sob o jugo comercial da metrópole portuguesa, depois do capitalismo industrial inglês e, finalmente, no século XX e atualmente, aos monopólios capitalistas, em especial os da maior potência imperialista, os Estados Unidos.

O processo do domínio das terras começou com sua entrega aos serviços de Portugal sob a forma de concessão do Estado para serem exploradas as riquezas naturais, as matérias-primas e a produção de produtos agrícolas, o que se deu mediante o domínio da monocultura (como a da cana-de-açúcar, do ouro e prata, do café, do fumo e da borracha, entre outros) e do submetimento de índios e negros, trazidos da África, ao trabalho escravo. Com a expansão do capitalismo industrial no século XIX, a economia escravista

entra em crise, sob pressão dos interesses econômicos ingleses de aumento dos mercados consumidores de suas mercadorias e de movimentos políticos internos pela abolição da escravidão e pelo assalariamento. De 1822 a 1850, houve uma corrida pela apropriação das terras devolutas. O fato é que, ainda em 1850, é imposta a Lei de Terras, que transforma-a em mercadoria e legaliza a concentração de terras via grandes latifúndios.

### **O avanço da agroindústria na Bahia**

De lá até hoje, as contradições econômico-sociais no campo cresceram. Além da concentração latifundiária, a expansão das relações de produção capitalista no campo fez agigantar o agronegócio, com a introdução do capital internacional tanto na produção agrícola como na de insumos. O agronegócio se caracteriza pela produção agrícola para atender ao mercado externo, pela utilização da última técnica e pela constituição das relações de trabalho capitalistas assalariadas, com a formação de um proletariado rural. Essa realidade se aplica inteiramente ao estado da Bahia, que tem sido uma das regiões onde o agronegócio tem crescido de forma alarmante. Em resumo: de acordo com os interesses do grande capital internacional, a economia brasileira, e especialmente a baiana desenvolveu-se, diversificou-se e industrializou-se até o limite em que não comprometesse o desempenho de seu papel semicolonial crucial: de exportador de

matérias-primas passou a exportador de commodities primárias, atividade econômica que representa ainda um terço da produção de riqueza e quase a metade das exportações nacionais e do estado; de mercado lucrativo para o tráfico de escravos passou a mercado de trabalho flexibilizado, barato e desqualificado; da exploração produtiva em regime de plantation passou à exploração intensiva em toda a cadeia produtiva no regime do agronegócio e do mineralnegócio. Aqui, o capital se profissionalizou e desenvolveu ao extremo os seus métodos de superexploração do trabalho.

As particularidades da economia baiana, que passou por ciclos econômicos sucessivos (cana-de-açúcar, cacau, petroquímica, soja, automóveis, calçados, ferro, urânio), estiveram sempre de acordo com os interesses do grande capital internacional e, portanto, contra os trabalhadores e demais oprimidos. Dessa maneira, o desenvolvimento do capitalismo em nossa economia determinou o avanço industrial na região metropolitana e em algumas regiões no interior do estado, colocando a economia baiana em situação de destaque regional, ao passo que aprofundou a opressão e a superexploração do trabalho, conferindo ao estado, por sua vez, um dos piores indicadores sociais do país.

Foi possível, assim, que a questão agrária na Bahia possuísse um quadro ainda pior que o quadro nacional: exploração de trabalho escravo ou degra-



dante, principalmente nas atividades de grande intensividade de trabalho, como no cultivo de sisal e nas carvoarias; o deslocamento de populações sertanejas pela seca, ou pelos projetos de combate à seca, como a transposição do Rio São Francisco; o domínio do grande capital internacional sobre a posse da terra e de toda a cadeia produtiva do complexo da soja no oeste do estado, do eucalipto no sul do estado, da fruticultura irrigada no médio São Francisco e do complexo de derivados de petróleo no pólo petroquímico de Camaçari, assim como da extração de minerais como o ouro, manganês, o ferro e o urânio; a aliança oligárquica entre a burguesia latifundiária regional e a burguesia financeira internacional que detém o controle da luta de classes sob a utilização de extrema violência; e a devastação e degradação ambiental provocadas pela extração capitalista de minérios, como o minério de ferro (para o mercado chinês) e o urânio (para o programa de energia atômica nacional) no sudoeste baiano.

## A luta camponesa e o programa agrário

Em luta contra o avanço do latifúndio,

## Boletim Nossa Classe de Junho

*Foi distribuído em junho mais uma edição do boletim Nossa Classe. Este é o boletim operário do POR.*

*Reproduzimos abaixo o texto de abertura do material:*

## A economia cresce. Quais as reivindicações da classe operária?

Existe uma euforia no Brasil com o crescimento econômico. A Europa está se quebrando. Os Estados Unidos saem vagarosamente da recessão. O desemprego cresce nas potências capitalistas. Mas o Brasil, ao contrário, está em disparada. A taxa de desemprego diminuiu. Os assalariados estão podendo se endividar e comprar mais. Os capitalistas estão lucrando como nunca. A conclusão é que estamos em uma ilha de prosperidade cercada de um mar de crise econômica. Aqui reside o problema. O crescimento interno, a despeito da recessão nas potências, logo se esgotará.

A China e Índia, como o Brasil, continuam a crescer, com os governos incentivando o crédito e com o endividamento da população. Ocorre que Estados Unidos e Europa são a locomotiva da economia mundial. Dificilmente a Chi-

na e a Índia agüentarão por muito tempo a orgia dos gastos públicos. O que queremos dizer é que a classe operária não pode se embriagar com a ilusão de emprego crescente e com a estabilidade econômica. As locomotivas emperradas puxarão os vagões para a pirâmide. É o que devemos prever para um futuro próximo.

Assim, os trabalhadores não devem ficar cegos com a euforia dos capitalistas e do governo. Infelizmente, a direção sindical compartilha dessa euforia. O que desarma a classe operária para a situação difícil que está por vir, segundo as leis científicas de funcionamento do capitalismo. Ou seja segundo as leis econômicas que levaram à explosão da crise mundial no segundo semestre de 2008.

Vocês viram que de repente o Brasil teve seu crescimento cortado e os capi-

talistas passaram a demitir em massa? Somente a Embraer fechou 4 500 postos de trabalho. Nossa previsão é de que a crise voltará a atingir o Brasil com maior força. É preciso ficar alertas e exigir que os sindicatos organizem a luta pelas reivindicações. Como a economia está crescendo, temos de reconquistar perdas do passado e avançar.

Que reivindicações unificam a classe operária? Acharmos que são estas: 1. Reposição das perdas salariais; 3. Fim da flexibilização do trabalho; 4. Eliminação da terceirização; 5. Estabilidade no emprego; 6. Escala móvel das horas de trabalho (dividir as horas nacionais trabalhadas entre todos aptos ao trabalho), para unir empregados e desempregados e acabar com o desemprego. Para isso, que os sindicatos convoquem assembleias e que as centrais sindicais organizem um congresso nacional.

# Greve do Judiciário completa 71 dias e grevistas entram em confronto com a tropa de choque

No Massas anterior, fizemos um resumo dos principais fatos ocorridos durante a greve até a assembléia do dia 09/06. Avaliamos que a greve estava sem perspectiva, pois havia sofrido um grande golpe da direção que apresentou a fracassada proposta do “dissídio por greve”, se potencializou pela materialização da proposta de ocupação de prédios públicos (Palácio da Justiça e João Mendes). A greve completou 71 dias às vésperas do fechamento deste número. Sintetizamos as posições majoritárias defendidas pela direção e, ao mesmo tempo, a atuação da corrente proletária. No próximo número, analisaremos as posições das outras correntes (PSTU, PSOL) e CONLUTAS, que apareceram na greve depois de 50 dias de paralisação.

## Assembléia do dia 16/06

Nesta assembléia compareceram aproximadamente 10 mil manifestantes. O TJ aumentou a repressão. Exigiu o desmonte do acampamento, que foi desmontado pela polícia na segunda-feira (13/06). Proibiu a instalação do som na praça. Mandou a guarda municipal arrancar todas as faixas. Diante da repressão entra em cena novamente o legalismo da direção. Anunciaram que “entraram com um mandado de segurança para garantir a assembléia” e que “foi deferido desde que seja pacífica, ordeira e dentro da lei”. Na verdade, quem garantiu a realização da assembléia foram os manifestantes que lotaram a praça naquele dia, inviabilizando, momentaneamente, uma maior repressão orquestrada pelo tribunal. Garantido o palco vieram os discursos dos deputados e Cia. Esbravejaram sobre a “falta de autonomia do judiciário”, que “o tribunal estava desmoralizado perante o executivo” etc. para concluir que “era preciso ir à Brasília”, “instaurar a CPI do judiciário”, “entrar em contato com o

CNJ para realizar uma audiência pública para denunciar os desmandos do TJ”, pois “o estado de direito estava sendo ameaçado”. Como a direção do sindicato dos trabalhadores da justiça federal (SINTRAJUD/CONLUTAS) propuseram um “ato unificado dos servidores judiciários federal/estadual de São Paulo contra o congelamento salarial”, depois de aprovar a continuidade da greve por unanimidade e a realização de outra assembléia no dia 23/06, a assembléia foi encerrada e logo após os trabalhadores realizaram uma grande passeata pelas ruas do centro, “dentro da lei e de forma pacífica” como fizeram questão de repetir várias vezes as direções.

## Assembléia do dia 23/06

Nesta assembléia, que contou com a participação de aproximadamente três mil manifestantes, foi apresentada a proposta de “parcelamento” da reposição salarial como “forma de tentar abrir a negociação”, foi dito que “era preciso flexibilizar para forçar a negociação”, “dar uma margem de flexibilização” etc. A Corrente Proletária denunciou que “era fundamental ficarmos atentos a propostas que procuravam rebaixar as reivindicações. Isto por que estas propostas, na prática, tentavam ajudar o tribunal a desmontar a greve”, que era preciso “Combater o legalismo e o pacifismo avançando na radicalização da greve” e que “A intransigência do tribunal não seria quebrada apresentando-lhe uma proposta mais rebaixada. Ao contrário, quanto mais rebaixarmos as reivindicações, menos o TJ cederá”. Depois que os deputados do P-Sol foram ovacionados ao dizerem que “ia levar ao CNJ o dossiê preparado pelas associações e pedir uma audiência com o presidente do CNJ para tratar do judiciário”, pois “ se trata-

va de defender melhoria nos serviços públicos e de transparência no judiciário”, que “estava indignado vendo o tribunal rasgar a constituição”, que “somente 14 deputados, todos da oposição ao governo estadual assinaram a CPI”, que “ o movimento é para democratização do judiciário”, a continuidade da greve foi aprovada, bem como a realização de mais uma assembléia no dia 30/06 e a realização de outra passeata pelo centro.

## Assembléia do dia 30/06

A greve completou 64 dias e a assembléia contou com a participação de 4 mil, aproximadamente. Novamente, os deputados que se dizem “apoiadores do movimento” usaram e abusaram do palanque. Logo depois as direções informaram que a proposta do tribunal não havia mudado em nada, ou seja, continuava com a promessa de “encaminhar um projeto para a Assembléia Legislativa de 4,77%”, mas que nem mesmo esse projeto era de conhecimento do governo. Aproveitou para acrescentar mais uma promessa: se a greve fosse encerrada naquele mesmo dia (30/06), “o pleno de desembargadores iria estudar a possibilidade da suspensão dos descontos e a realização de mutirão”. Diante do fato de que “a casa grande continua irredutível...”, e de que “a idéia de envio de projeto parece uma manobra”, como disse um deputado durante a assembléia, as associações propuseram “seis ou sete possibilidades” para negociar. Disseram que “tentaram negociar 11%, 6% e até os 4,77%”, mas que “o TJ manteve a intransigência e não tem garantia de nada”. Mesmo assim, a maioria das direções avaliou que “começou a ter discussão lá dentro para chegar até quarta-feira (07/07) com algo real”, que era preciso “segurar até

quarta”, e que “a nossa perspectiva é de melhorar a proposta do tribunal”, que “era preciso permanecer até a semana que vem”, que “a reunião de hoje mostrou que o tribunal começou a ceder” que a promessa de “mutirão é um avanço, só que para nós é pouco”, que “o fato de sair da greve sem desconto é um avanço” etc. Os trabalhadores aprovaram a manutenção da greve, por unanimidade, fazer nova assembleia no dia 07/07 e participar de um ato conjunto com os grevistas da justiça federal na Avenida Paulista naquele mesmo dia, sendo que o próprio sindicato deles (SINTRAJUD) disponibilizou quatro ônibus para levar os manifestantes.

Denunciamos que o tribunal não cedeu em nada. Quem estava cedendo e rebaixando as reivindicações era a maioria das direções da greve, que o argumento de que se tratava de “forçar as negociações” era falso, que na verdade, estavam correndo atrás do TJ de pires na mão na esperança de obter algumas migalhas e assim poder encerrar a greve com “algo real”, mesmo que isto não refresque em nada a situação de penúria em que se encontrava a maioria dos trabalhadores, que as direções estavam impondo um retrocesso nos métodos de ação para a greve escrevendo:

“Já denunciemos por várias vezes que a maioria das direções do movimento tenta impor uma condução legalista, distracionista, festiva e passiva para a greve. Dissemos que isto era um grave erro, pois o tribunal e o governo não iriam ceder um milímetro diante de uma greve passiva. Daí a importância de radicalizar a greve, aprovar métodos de ação que se chocassem diretamente contra a intransigência patronal, aprovar um comando de greve formado pelos trabalhadores de base, juntamente com as associações para discutir e avaliar os rumos do movimento, caso contrário, a greve correria o risco de morrer com o tempo. A quebra do isolamento da greve, que obrigou a grande imprensa a divulgá-la nacionalmente, só foi possível após as ocupações do

Palácio da Justiça e do João Mendes, que foram seguidas de grandes passeatas e atos unificados com os trabalhadores da justiça federal e funcionários da USP. Porém, ao invés de avançar nos métodos e meios para que a greve siga firme diante da truculência da cúpula do tribunal, ao invés de manter e aumentar a potencialização da greve, vimos que a maioria das direções estão fazendo o contrário, ou seja, estão fazendo o movimento retroceder às posições iniciais da greve, onde prevaleceram a passividade, o legalismo, o distracionismo e o eleitoralismo parlamentar (CPI, audiências públicas, auditorias etc.). Neste terreno a greve perde força e favorece o tribunal/governo, pois não são métodos de ação coletiva, próprios dos trabalhadores.” Alertamos sobre a importância da direção da greve assim: “A forma como é conduzida uma greve pela direção é decisiva para a sua vitória ou derrota. Quando o movimento é conduzido de forma frouxa, quando o patrão percebe que não há firmeza das posições que se expressam, principalmente, nos dirigentes, logo vêm os golpes e as tentativas de desmoralização da greve. Para isso, o tribunal conta com um arsenal de serviços, com uma direção sindical vacilante e submissa, com as leis anti-greve, ameaças, punições, corte dos salários dos grevistas, com o desgaste do movimento através da longa duração etc. Quando o patrão percebe que está ganhando terreno em suas posições de não ceder e não atender nenhuma reivindicação, ele passa a exigir o fim da greve com a falácia de que só depois irá “abrir negociação”. Nesse momento, se não houver uma direção firme, comprometida com a luta dos trabalhadores, que exija do tribunal uma proposta concreta em relação às reivindicações da categoria, inclusive sobre os dias parados, a tendência é de prevalecer a intransigência e o tribunal seguir com seu objetivo de derrotar a greve. Portanto, a confiança na vitória da greve passa, necessariamente, pelas posições que as direções assumem no movimento.”

## Assembleia de 07/07

Antes da assembleia foi dado o informe que as associações estavam reunidas naquele momento com os representantes do tribunal. Depois de várias horas de espera, a assembleia teve início com o informe de que “durante três horas tentaram todas as formas possíveis”, que “o desembargador da comissão salarial do tribunal sequer compareceu à reunião”, que “as negociações foram extremamente desgastante, pois os dois desembargadores presentes na reunião “ficaram intransigentes”, disseram que perderam o prazo para o envio do projeto de 4,77%, alegando o ano eleitoral, que agora o tribunal “apenas vai lutar contra o corte no orçamento, que também não dava para usar o duodécimo (fundo especial), pois isso depende de vontade política” e reiteraram que “se parar a greve o tribunal vai examinar a possibilidade de mutirão aos sábados e feriados e quem não fez greve vai ganhar horas credoras”. Diante da postura do tribunal, os pelegos concluíram que “a palavra é intransigência e a vontade política é rearranjar o orçamento e que por mais difícil que seja, tem que continuar forte e firme”, que “está clara a política do tribunal, mas a praça é quem decide” que se “o tribunal não tem sensibilidade as associações vão à Brasília”. A assembleia votou a continuidade da greve e outra assembleia no dia 14/07. Como forma de ação imediata, organizaram, ao término da assembleia, abraçar o João Mendes para impedir a entrada e saída do prédio por alguns minutos. Mas o cerco ao prédio feito pelos manifestantes, acompanhado de algumas palavras de ordem como “vamos ocupar, revelou que a categoria está assimilando os métodos de ação próprios da classe operária e o que seria uma “manifestação pacífica” acabou em enfrentamento dos grevistas com a tropa de choque. A greve está revelando também que há uma contradição entre a política legalista e pacifista das associações que dirigem a greve e a prática de radicalização assimilada e adotada gradativamente pelos grevistas.

# Dados apontam o fracasso do ensino

O governo divulgou o que é notório: os alunos pouco ou nada aprendem nas escolas. Os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) revelam o baixo desempenho dos alunos em todos os níveis. A intenção dos governantes é estipular metas baixas e mostrar que a educação cresce de forma gradativa. Mas quando aplicam as avaliações, deparam que os passos são de tartaruga, apesar de toda maquiagem para esconder os reais números.

O Ideb começou a computar os resultados a partir de 2005. Neste ano, o ensino fundamental I (1ª a 4ª série) alcançou 3,8; em 2007, 4,2 e em 2009, 4,6. A meta era de 4,2. O que significa para os governantes que os alunos aprendem mais. No ensino fundamental II (5ª a 8ª série), em 2005, era de 3,5; 2007, 3,8 e 2009, 4,0. A meta foi de 3,7. Portanto, mostram avanço. No ensino médio, em 2005, 3,4; em 2007, 3,5 e 2009, 3,6. A meta era de 3,5. Portanto, também cresceu. O problema é a meta determinada por eles de chegar em 2021 com a nota 6,0. Se o crescimento for de décimos a cada dois anos, o ensino médio estaria com 4,8. Muito aquém das metas criadas pelos países da OCDE.

Os resultados ainda indicam que municípios do Nordeste regrediram, a exemplo de Correntes (Pernambuco), Ibirataia (Bahia), Jardim de Angico (Rio Grande do Norte), Santo André (Paraíba), Boca da Mata (Alagoas), Tomar do Geru (Sergipe), Marajá do Sena (Maranhão). Se já eram baixas as notas, 1,8, agora deram passos para trás (1,4). Citamos apenas um município de cada estado, mas a situação é grave na grande maioria das regiões mais pobres do País.

A diferença entre Nordeste e Norte, que ficaram nas últimas posições, com o Sudeste e Sul, que atingiram índices maiores, não é senão expressão do desequilíbrio econômico entre essas regiões. O atraso econômico, a pobreza e a miséria das massas separam regiões e refletem na sua elevação cultural. Assim, o baixo desempenho das crianças e adolescentes, em comparação com o Sul e Sudeste, está determinado, em última instância, pelo pouco desenvolvimento econômico, pela presença de relações

pré-capitalistas e pela profunda miséria.

Pelos cálculos do Ideb, o ensino médio patinou nos dois últimos anos. Os governantes e acadêmicos procuram justificativas no aluno, no currículo e na qualificação dos professores. Dizem que cerca de 40% estudam no período noturno, mas somente 17% estão na escola e no trabalho. Como os índices de evasão são maiores no curso noturno, concluem que se perdem alunos para o “desemprego” e para a “violência”. Dos que estão na série final, apenas 9% têm alguma base em matemática. Como solução, apresentam as velhas fórmulas: “flexibilizar o ensino médio regular para o curso diurno; oferecer apenas Eja no período noturno, criar incentivos baseados nos resultados e mudanças na formação de professores”. Portanto, querem resolver o fracasso escolar de forma metafísica, separando a escola e o aluno das condições de existência. O que apresentam como propostas, na verdade, é o que já se aplica. Estão aí os bônus de mérito aos professores, considerados melhores qualificados, os bônus de resultado a partir das avaliações institucionais e o funcionamento do Eja.

## Fracasso do continuísmo

O Ministro da Educação, Fernando Haddad, bateu bumbos com os resultados do Idesp. Afirmou que o “fantasma da queda da qualidade que nos assombrou até o começo dos anos 2000 está ficando para trás”; “estamos cumprindo o previsto... com uma trajetória consistente e a meta foi cumprida”. Concretamente, não há o que comemorar. As notas são baixas, a evasão escolar no ensino médio é alta e o número de jovens fora das escolas é grande. Trata-se do fracasso da política educacional do governo.

O fato é que o governo Lula continuou aplicando a reforma educacional de FHC/Banco Mundial, manteve a política de fundos (Fundef-Fundeb), reforçou as avaliações institucionais para medir resultados, aplicou os mesmos índices de recursos à educação, cerca de 3,5% do PIB, apoiou-se na LDB privatista implantada pelo PSDB e criou a Lei do Piso Nacional, de dois salários mínimos, aos professores, que sequer é cumprida

pelos governadores e prefeitos. Não há nada de novo na era Lula. Os pífios resultados testemunham o quanto não se aprende e o quanto não se ensina nas escolas.

## Rede pública e privada

O Ideb tirou a conclusão: a distância entre a rede pública e a privada reduziu, mas ainda é “significativa”. Concluiu que os alunos das escolas privadas estão três anos à frente dos da pública. Usa para isso o dado de que em matemática os alunos do final do ciclo fundamental das escolas privadas obtiveram a média de 294, enquanto que os do médio da escola pública alcançaram 266.

O fato é que o ensino privado também não está bem, pois de uma escala de zero a 500 pontos conseguiu apenas 294. É uma rede protegida pelo Estado, que conta com alunos selecionados, com mensalidades médias de 800 reais e outras vantagens próprias de um ensino mercantil. Um aluno da rede pública custa ao Estado cerca de R\$1.415,00 ao ano, o que significa pouco mais de 100 reais por mês. Sem dizer que o aluno da escola particular é aquele que vive em famílias com posses. Apesar dos recursos e das regalias, o Ideb afirma que a distância em relação à pública é de três anos de escolaridade. Portanto, pouco significativa

A educação privada não fica à margem das condições do sistema econômico vigente. Um sistema em desintegração só pode ter como consequência a decomposição geral da educação. E a desintegração nada mais é do que o acirramento da contradição do sistema, que se expressa na potencialidade das forças produtivas e nas relações monopolistas de apropriação das riquezas. A educação, independente de ser pública ou privada, como elemento da superestrutura da sociedade, reflete as consequências da contradição desse sistema.

## Burocracias da Apeoesp e CUT silenciam

Apesar dos resultados calamitosos, os burocratas sindicais vinculados ao PT e ao governo Lula fazem coro com o exitismo do Ministro Haddad. As poucas denúncias se resumiram ao governo

de São Paulo (PSDB). Disseram da regressão dos salários dos professores, da violência nas escolas e outras evidências.

Os burocratas, especialmente no período de disputa eleitoral, estão obrigados a elogiar os “avanços” do Ministério da Educação de Lula e criticar a Secretaria da Educação do governo do PSDB. Portanto, necessitam do Ideb para potenciar a candidatura de Dilma e atacar a de Serra. Os sindicatos e a Central, como aparelhos da burocracia, respondem à política de colaboração e de manutenção do PT no poder do Estado.

## Responder ao fracasso do ensino com o programa e os métodos de luta

Os dados do Ideb, apesar de serem oficiais, revelaram o que é visto a olho nu. Segundo o Censo Escolar, no Brasil, são 31 milhões de alunos no ensino fundamental I e II e 8,3 milhões no médio. Os 31 milhões de alunos obtiveram 4,2 e 3,7, respectivamente. Portanto, foram reprovados. O mesmo ocorreu com os 8,3 milhões de estudantes do ensino médio, com a média de 3,5.

Certamente, os governos usarão os dados para impor novas medidas de maior centralização burocrática estatal do ensino, de mais flexibilização dos currículos, de fechamento de cursos noturnos, de aumento da exploração do trabalho aos professores e de avanço na política de bonificação de resultados em lugar de reajuste salarial. O novo governo, seja Dilma ou Serra, estará comprometido com essa orientação.

Os trabalhadores da educação e estudantes devem responder ao fracasso do ensino. O que pressupõe a luta pelas reivindicações do magistério e dos alunos. Para isso, não há outro caminho senão o do enfrentamento nas ruas com a política dos governantes e da burocracia sindical vendida. A independência dos sindicatos e das entidades estudantis frente ao governo é fundamental. No caso da Apeoesp, há que denunciar o vín-

culo da presidente do sindicato ao Conselho Nacional de Educação, órgão do governo Lula. Exigir sua saída, caso contrário não tem como estar à frente do sindicato.

A defesa das reivindicações e do método da ação direta é o ponto de partida para a luta contra o sistema capitalista, raiz da decomposição do ensino. A Corrente Proletária trabalha para penetrar no movimento o programa de defesa do ensino público e de combate às medidas educacionais do governo. Entre os principais pontos, destacamos:

1. Defesa da escola única, pública, gratuita em todos os níveis e vinculada à produção social;
2. Estatização, sob o controle de quem estuda e trabalha, de todo o sistema de ensino. Fim da rede privada, sem indenização;
3. Derrubada da Reforma Educacional e sua legislação;
4. Por um piso salarial aos trabalhadores da educação, equivalente ao salário mínimo vital, calculado pelas assembleias de base;
5. Fim da política de bonificação. Reajuste salarial imediata e implantação da escala móvel de reajuste;
6. Estabilidade aos professores. Fim da farsa dos concursos e das provas. Emprego a todos os professores por meio da adoção da escala móvel das horas de trabalho;
7. Rejeição às avaliações institucionais (Saeb, Prova Brasil, Sa-resp etc)
8. Abertura de escolas. Nenhuma criança e nenhum jovem fora da escola. Combinação dos estudos com o trabalho. Fim da exploração do trabalho sobre a juventude;
9. Combate à farsa das eleições como via para pôr fim à miséria e à opressão social;
10. Aliança com a classe operária em torno do programa pelo fim do sistema capitalista.

## Heróica greve dos funcionários da USP

A greve dos funcionários da USP acabou. O Sintusp, que representa a categoria, firmou um acordo com a reitoria e o submeteu a uma assembleia. Entre os pontos do acordo estão: o pagamento dos dias parados, a não punição aos lutadores e um compromisso da reitoria em discutir uma mudança de referência na carreira, que implicará em um reajuste de 5% para todos. Em troca, os trabalhadores deveriam voltar imediatamente aos seus postos e desocupar o prédio da reitoria, que estava sob controle dos grevistas, e repor o trabalho não realizado durante a paralisação.

Na última semana, os funcionários piquetaram a creche e ameaçaram ocupar o CCE (Centro de Computação Eletrônica) e paralisar assim praticamente todas as atividades da universidade. As respostas da burocracia universitária foram: um cerco da PM para evitar uma ação sobre o CCE e realizar uma grande

campanha difamatória, extremamente apelativa, em relação ao caso da creche. Esta foi paralisada com decisão de assembleia, que deveria ter sido comunicada aos pais pela direção da creche, para que não enviassem seus filhos - o que não foi feito. A intenção era usar as crianças para criar imagens sensacionalistas contra o movimento.

### Um erro: modificar a reivindicação de isonomia

Apesar da radicalização dessa semana, o Sintusp modificou suas reivindicações, rebaixando-as para viabilizar o acordo. A decisão seguiu orientação do Fórum das Seis, dirigido pelo sindicato de professores (Adusp). A categoria dava sinais de cansaço e o fim do semestre letivo, com as férias estudantis e docentes, indicava que grandes dificuldades se aproximavam, como a possibilidade de uma ação repressiva contra a ocupação.

A força social de pressão possível de ser empregada pelos trabalhadores chegava ao seu fim. Praticamente todas as medidas de radicalização da greve foram utilizadas, embora sem o resultado desejado.

A mudança da pauta, no entanto, foi um erro. No final das contas, a burocracia universitária não precisou sequer negar a restauração da isonomia salarial, assim como o fez com as outras reivindicações. Simplesmente acatou a proposta do sindicato. Se identificamos os acertos da linha política assumida pela direção do sindicato, não podemos fechar os olhos para as falhas que tenha cometido. Nossa crítica vem pela esquerda, nos situamos lado a lado dos companheiros, em defesa dos trabalhadores e do sindicato.

A necessidade de um recuo poderia ser avaliada concretamente, mas mediante a apresentação das bandeiras na íntegra. A negativa da reitoria neste ou naquele ponto poderia servir para os

funcionários, dadas as condições, optarem pelo retorno ao trabalho - ou não. Entretanto, não foi o que aconteceu. A direção do sindicato, que vinha apontando corretamente a via da radicalização, levou à sua base uma proposta forjada para o fechamento do acordo, facilitando a vida do reitor, especialmente com relação à questão da isonomia.

## Isolamento criminoso

O isolamento mostrou-se um veneno mortal para a mobilização. A greve foi quebrada pela política das direções. Os professores caíram na armadilha deixada pelas reitorias (Cruesp - Conselho de Reitores das Estaduais Paulistas), que concederam um aumento salarial que não contemplava os funcionários. Os estudantes foram bloqueados pelo DCE dirigido pelo P-Sol (com apoio do PSTU, que posa de oposição), que jogou abertamente contra a greve o tempo inteiro, das assembleias ao movimento nas bases, onde não moveu uma palha para mobili-

zar. E ainda organizou o X Congresso dos Estudantes em oposição à mobilização.

Agora é hora de voltar às salas de aula e realizar um profundo debate de balanço. Nesta mobilização, vários ataques foram dirigidos ao sindicato e ao método da greve e da ação direta (piquete, ocupação etc.). As lições que devem ser tiradas: 1) a força necessária para derrotar o governo e seu interventor é a unidade dos que estudam e trabalham, e destes com a população assalariada; 2) essa unidade não se constrói através de acordos corporativistas e burocráticos entre as direções, e sim pondo em pé a assembleia geral universitária, para que se aprove a pauta unificada, comando único de mobilização, negociação unitária, ações unitárias; 3) as reivindicações devem expressar sempre a real necessidade do movimento – pode ser que não se tenha força suficiente para alcançá-las, mas isso não quer dizer que devam ser rebaixadas ao nível do que supostamente o governo e sua burocracia podem atender num acordo. O rebaixa-

mento das reivindicações é um sinal ao adversário que se está disposto a encerrar a luta sem a vitória. 4) O movimento estudantil desempenha um papel chave em qualquer mobilização na universidade, por sua capacidade de transformá-lo em ação de massa e projetá-lo para fora da universidade. As direções burocráticas e conciliadoras freiam a capacidade de mobilização, baseando-se numa avaliação subjetiva de que os estudantes não estão dispostos, sem dar-lhes a chance de se manifestarem no sentido oposto, por meio de uma ampla campanha ao redor das assembleias gerais e manifestações. Essas direções têm de ser superadas por uma direção de luta, assentada num programa proletário de unidade com os explorados contra os exploradores. 5) Estava colocada uma campanha unitária do funcionalismo (chegou-se a realização de um ato conjunto com o judiciário, mas só isso). Essa campanha não ocorreu por causa do corporativismo das direções sindicais.

**Publicamos abaixo trecho do boletim da Corrente Proletária Estudantil de UFRN**

## Um semestre de luta e conquistas da ação direta coletiva

A Corrente Proletária/POR organizou, desde o início deste semestre, a campanha de luta contra o novo regulamento da graduação. Promovemos estudos sobre o novo regulamento, distribuimos notas com as nossas críticas, participamos das reuniões e assembleias promovidas pela direção do DCE, organizamos assembleias no Curso para discussão e posicionamento dos estudantes de Ciências Sociais sobre o novo regulamento da graduação. Fruto destas atividades compomos a Frente de Mobilização Estudantil, cujo ponto culminante foi a ocupação do CONSEPE e a vitória sobre a burocracia universitária de um ponto do novo regulamento da graduação (o período de trancamento de disciplina voltou para 2/3 do semestre). Os estudantes de Ciências Sociais, que participaram fortemente da ocupação, tiveram um papel protagonista nesta conquista. Foi esta vitória que possibilitou a organização da única chapa de oposição nas eleições do DCE e a votação significativa nas Ciências Sociais da chapa 02, Poder Estudantil. Boca de urna e grupo antichapa 02 não impediram dos estudantes votarem em quem esteve junto com eles na luta contra a burocracia universitária.

Enquanto tudo isso acontecia, o Coletivo Acadêmico atuou como? Organizou a ida de alguns estudantes para o ERECS e o arraia do Curso. A ida para o ERECS não foi aberta para a participação de todos. A única abertura para todos foi a discussão pré-ERECs, pois as vagas do ônibus já estavam preenchidas pelo grupo defensor da “organização em assembleia” no curso, ou seja, beneficiava uma panelinha. Os outros precisavam preencher uma lista de espera. Organização, supostamente antiburocrática e horizontal (sic!). O Coletivo Acadê-

mico mostrou-se distante, alheio e indiferente aos problemas dos estudantes de Ciências Sociais; não fez nada contra o novo regulamento da graduação, ao contrário, organizou passeios e festas para um grupo seletivo de estudantes do curso. O Coletivo Acadêmico, com esta atuação, demonstra seu papel desmobilizador dos estudantes e, portanto, favorável a burocracia universitária. Este é o motivo pelo qual muito dos professores e estudantes petistas acham tão “bonitinha” esta forma “inovadora” de organização “democrática”.

A ausência de uma organização dos estudantes de Ciências Sociais dificulta sua mobilização. Foi com muita dificuldade que a Corrente Proletária/POR tentou impulsionar a luta. Precisamos superar esta deficiência. Não são as formas de organização que conduzem ao ascenso da participação coletiva e luta estudantil, mas ao contrário, a participação coletiva para a luta estudantil aponta quais são as formas de se organizar. É a política que burocratiza as organizações e não as organizações que são burocráticas por si mesmas. No próximo semestre vamos continuar a luta contra o novo regulamento da graduação, pela reabertura imediata do RU e defesa do voto igualitário e, assim, impulsionar a luta pela superação desta deficiência no curso de Ciências Sociais.

**ABAIXO O NOVO REGULAMENTO DA GRADUAÇÃO. CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA UNIVERSITÁRIA, COM VOTO IGUAL, GOVERNO TRIPARTITE (PROFESSORES, ESTUDANTES E FUNCIONÁRIOS, COM MAIORIA ESTUDANTIL) – PODER ESTUDANTIL.**

**REABERTURA IMEDIATA DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO**

Publicamos trecho do boletim Nossa Classe da regional do POR em Londrina

# Reposição é direito não pode ficar atrelada à tarifa

Depois de a justiça derrubar o último aumento que era escancaradamente ilegal (mas sem devolver aos usuários o que pagaram indevidamente) a Grande Londrina e LondriSul tentam usar os trabalhadores para conseguir emplacar mais um roubo. Chantageiam os trabalhadores, sem aumento da tarifa, não há reposição salarial.

Isto é absurdo. A reposição é garantida pela constituição, não é esmola, é direito. TCGI e Londrisul não precisam disto para dar a reposição, lucraram rios de dinheiro, o suficiente para comprar políticos e a simpatia de veículos de comunicação e judiciário.

Para garantir nossos direitos, devemos lutar. Infelizmente o Sintrol é dirigido por uma burocracia carreirista, que faz a política do patrão. Recebem dinheiro da Grande Londrina. Estão há tanto tempo no sindicato, que nem lembram mais como é dirigir um ônibus. Já lavaram as mãos sobre a demissão dos cobradores (agora só fazem de conta que defendem) e até mesmo chamaram os motoristas de "geração coca-cola e vídeo game" que são muito moles, por isso reclamam do trabalho.

Já passou da hora de expulsar estes pelegos do sindicato, e eleger uma diretoria independente, que defenda de fato os trabalhadores. Como eles perseguem os que se organizam, será preciso se organizar inicialmente de forma clandestina, mas, com organização isto é possível. O que não é possível é agüentar tanto desrespeito ao trabalhador.

## Nenhum cobrador na rua!!!

### 5 motivos para lutar contra a demissão dos cobradores

#### 1. Emprego não se negocia, se defende com luta

Todos sabem o quanto é difícil ficar desempregado, não podemos aceitar a redução de postos de trabalho

#### 2. Contra a sobrecarga dos motoristas

Exercer duas funções aumentará a exploração dos motoristas, que trabalharão por dois, mas receberão apenas por um.

## Mauá-SP

# Bloqueio no terminal de Mauá

A população instintivamente bloqueou o terminal de ônibus, no dia 7 de julho. Mais de 200 pessoas fecharam o terminal por duas horas, impedindo a entrada e saída dos ônibus. O protesto foi o estopim da revolta contra os atrasos constantes e o descaso das empresas para com os passageiros. Rapidamente, os capitalistas do transporte chamaram a Polícia Militar e a Guarda Municipal para reprimir a manifestação. Mesmo assim, o terminal ficou bloqueado até às 22 horas.

O protesto espontâneo dos trabalhadores, que dependem do transporte coletivo, aponta o caminho da luta contra os empresários desse setor. Estes ganham rios de dinheiro com o

valor alto das passagens, pagam salários de fome aos motoristas e cobradores e têm a proteção das prefeituras. O movimento deve defender a estatização de todo o sistema de transporte, sob o controle de quem utiliza. E unidade dos trabalhadores para enfrentar os empresários com seus próprios métodos, a exemplo do bloqueio.

A reivindicação por melhores condições de transporte deve se somar à defesa da reivindicação de passe-livre para os estudantes e desempregados. A constituição dos comitês de luta é um passo importante no sentido de organizar os protestos espontâneos.



### 3. Insegurança para os passageiros

Nas cidades em que tiraram os cobradores, aumentaram os acidentes, inclusive fatais. Sem cobradores, os motoristas não conseguirão acompanhar o fechamento de portas, descida de passageiros, e veículos (bicicletas, carros, motos, etc.) ao redor.

### 4. Insegurança para o motorista

O trabalhador ficará mais vulnerável aos assaltos

### 5. O trânsito ficará mais lento e perigoso

Ao terem que dirigir, olhar pedestres e veículos, receber dinheiro e dar o troco, os ônibus terão de ficar mais tempo parados ou tentarão compensar o tempo perdido excedendo a velocidade.

Um motivo para aceitar a demissão dos cobradores

1. Deixar os donos da Grande Londrina e LondriSul ainda mais ricos.

## Juntos somos mais fortes!

Para defender o salário e o emprego dos cobradores, os trabalhadores devem buscar o apoio dos usuários. Se uma greve tiver causas justas, certamente a população se somará. Agora, em greves patronais, só se pode esperar a rejeição e revolta dos usuários.

Não podemos esquecer das bandeiras mais gerais sobre o transporte: a defesa do passe livre como parte do direito à educação para os estudantes; como parte ao direito ao trabalho para os desempregados; a imediata redução da tarifa; e a estatização do transporte coletivo sob o controle dos motoristas e trabalhadores. Por que motoristas, cobradores, mecânicos e outros trabalhadores dão o sangue e um punhado de parasitas embolsam rios de dinheiro? Pela expropriação das empresas de transporte, os ônibus já foram pagos muitas vezes com estas tarifas absurdas e ninguém entende melhor de transporte do que os trabalhadores e usuários.



## Balanço da greve dos rodoviários do Ceará:

# PSTU leva movimento ao desastre

A greve dos rodoviários de Fortaleza e região metropolitana terminou de maneira melancólica, em 23 de junho. A direção do Sintro, ligada ao Conlutas e orientada pelo PSTU, levou a paralisação (cheia de promessas de vitória) a uma derrota, que terá conseqüências futuras sobre a própria categoria e os demais movimentos grevistas na capital.

A campanha salarial foi precedida pela estrondosa vitória eleitoral do Conlutas sobre as chapas das burocracias pelegas, ligadas ao PT e PC do B, nas eleições para a diretoria do Sintro (sindicato dos trabalhadores rodoviários). A categoria, depois de 13 anos, voltava com toda força a fazer uma campanha salarial e a se preparar para o enfrentamento com os patrões, organizados no Sindiônibus. As assembleias foram convocadas e a pauta de reivindicações aprovada incluía reposição salarial de 45%, vale-alimentação de R\$ 8,00, aumento do valor da cesta básica, fim da dupla função do motorista nos microônibus entre outros pontos.

### PSTU capitula ante a Justiça e aceita enquadrar a greve

Fracassadas as negociações com o Sindiônibus e preparado o caminho para a paralisação, a direção do Conlutas viu-se no seguinte dilema: enfrentar a justiça com uma greve forte ou capitular e aceitar a greve domesticada e dentro da lei. Diante da proibição da paralisação total, por parte da Justiça (que hipocritamente dizia ser o transporte coletivo serviço essencial), o PSTU adotou a segunda alternativa. Na assembleia que deflagrou a greve (08/06) teve de vencer a resistência de parte da categoria por meio de discursos que provocavam receio, terror e amedrontava os que desejavam a greve total. A paralisação transcorreu, praticamente até o final, respeitando a frota de 70% dos ônibus em horário de pico e de 50% nos demais horários, imposta pelo TRT. Mas se, por um lado, o Sintro respeitava a frota de greve o mesmo não ocorria com os empresários. Várias empresas descumpriam, sem a menor cerimônia, o definido em lei e punham toda a frota para circular ou rejeitavam ter de recolher carros quando encerrava o horário de pico. A reação do PSTU/Conlutas foi correr para as garagens e tentar controlar a saída dos ônibus dentro do percentual definido. Não deu certo. As garagens eram muitas e a polícia presente ora intimidava, ora reprimia. A direção do Sintro resolveu então bloquear um terminal de ônibus (Parangaba) por uma hora. A justiça interveio e proibiu novas paralisações de terminais. A Conlutas passou, então, a fechar de 4 a 5 garagens por dia para que os 30% da frota fossem respeitados. Também não teve êxito e depois de 3 dias a justiça interveio proibindo o fechamento de garagens sob pena de pagamento de multas. Era assim que o TRT/Sindiônibus faziam troça dos rodoviários, encurralando as ações do sindicato. Neste ínterim, e para piorar ainda mais as coisas, nas assembleias diárias na sede do sindicato, a direção da Conlutas/PSTU advertia severamente a base para que não quebrassem nada, não furassem um único pneu sequer, pois era este o pretexto que os empresários esperavam, segundo diziam, para pedir a abusividade da greve! Todos foram conclamados a estarem vigilantes quanto ao caráter pacífico da greve. Tal pacifismo do PSTU surpreendeu até mesmo os empresários que se prepararam para uma quebraadeira geral, estocando vidros para janelas e pneus nas garagens!

A medida que o tempo passava, mais desesperadas eram as ações

do Sintro. Em meados da greve, rebaixaram a proposta de reposição de 45% para 33%. Em seguida, diminuíram ainda mais, para 25%. O Conlutas correu atrás da CUT, CTB e trouxe até mesmo um parlamentar da base do governo Cid (o traidor Lula Moraes/PC do B) para falar na assembleia da categoria com o argumento da necessidade de ganhar a simpatia da Câmara e da Assembleia! Ao final de 14 dias, depois da desmoralização de uma greve que, na prática, não existia; da confusão e de ônibus superlotados (onde a população foi passando paulatinamente do apoio passivo para a condenação da greve) e dos lucros extras para os patrões (que transportavam o mesmo volume de passageiros com uma frota reduzida) a greve foi definhando. Quando o PSTU/Conlutas, motivado pelo desespero, finalmente convocou os grevistas a uma paralisação total, a disposição de luta e o entusiasmo da base já eram completamente outros. Nos dois dias convocados como greve geral, houve adesão de 70% no primeiro dia e apenas 50% no outro. O Pior, porém, era que tal convocação para a luta não passava de blefe contra o bloco Sindionibus/TRT/Prefeitura. A justiça cedo decretou a ilegalidade e a direção do Sintro, depois de dizer que a greve, mesmo sem conquista alguma, já era vitoriosa, votou o fim da paralisação na assembleia de quarta, dia 23/06.

### A intervenção e a crítica do POR ao PSTU/Conlutas

O POR interveio na greve com seu boletim *Rodoviários em Luta*, nas assembleias da categoria e nos piquetes de paralisações no centro da cidade. Não interveio nas garagens onde se fazia o controle das escalas dos ônibus (para respeitar a saída de apenas 70% da frota) por entender que isso significava acatar a imposição da justiça e facilitar o fracasso da greve. Contrapôs-se desde o princípio à idéia da frota de greve (70%), defendendo a paralisação total e o enfrentamento com a Justiça.

O POR afirmava que a única saída estava no choque aberto com o TRT, que em caso de paralisação total, sem dúvida, estabeleceria pesadas multas, julgaria ilegal o movimento e abriria as portas para demissões por justa causa. O *Rodoviários em Luta* não passava por alto nada disso; ao contrário, explicava, por isso mesmo, que a greve de 100% da frota deveria ser bem preparada com bloqueio dos terminais, fortes piquetes, desconhecimento das liminares e de forma alguma pacífica. Propôs nas assembleias que a recusa em aceitar qualquer demissão deveria figurar como principal ponto da pauta e que a unidade entre rodoviários, população pobre e estudantes em um só movimento deveria ser assegurada por meio de cartas abertas e da incorporação na pauta dos rodoviários da reivindicação de melhoria nas condições de transporte (aumento da frota, reforma dos terminais) e do combate ao aumento de passagem.

### Conclusão

Eis as conclusões mais importantes desta rica experiência grevista:

1º - Uma das lições mais elementares da greve de 2008 (greve espontânea que durou 3 dias e parou 100% da frota) foi a de que não se pode deixar nenhum ônibus nas garagens sob o controle do patrão, mas, ao contrário, mantê-los nos terminais onde ficam sob controle dos grevistas. Este ensinamento passou longe de ser assimilado pela direção do Conlutas, em 2010. Por mais que os terminais contassem com viaturas e polícia, argumento que, vez por outra, levantavam, era inegavelmente mais fácil parar toda a frota por lá do que em qualquer

outro lugar (como nas garagens, no começo da greve, ou no centro, no final dela).

2º - O chamado a uma greve pacífica, longe de atemorizar, encorajou a burguesia a buscar o rápido esmagamento da greve com uma chuva de liminares e assédio moral.

3º - A orientação de que os rodoviários ficassem em casa, apenas possibilitou atomização da resistência e logo a capitulação de muitos que foram vítimas de ameaças de demissão. Soube-se que os patrões mandavam buscá-los em casa ou telefonavam exigindo sua ida à garagem.

4º - O respeito à lei e à frota de greve em momento algum trouxe prejuízos aos patrões (pressão econômica) que forçasse à negociação os empresários. Por outro lado, conseguiu irritar os demais trabalhadores usuários dos ônibus e, além disso, possibilitou que o TRT cer-

casse o sindicato até deixá-lo imóvel em suas ações.

O PSTU safou-se, ao menos temporariamente, de toda a sua enorme responsabilidade pelo fracasso de uma greve, que tinha tudo para sair vitoriosa. É que uma parcela da vanguarda, incentivada pelo Conlutas e tendo nele ainda enormes ilusões, creditou o fracasso do movimento à não adesão da categoria. Mas porque a categoria não aderiu e justo na reta final da luta? O que levou uma categoria cheia de esperanças a se frustrar? Esta questão tem de ser colocada para todos os ativistas conscientes. O POR, que soube extrair as lições desta derrota, não tem dúvida: os rodoviários precisam forjar uma direção à altura da luta. Por meio do *Rodoviários em Luta*, trabalharemos ativamente para penetrarmos na categoria e construirmos uma fração revolucionária e combativa.

## Curso de formação política permanente do POR

# Fundamentos do Socialismo Científico – parte 2: Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico

*Realizamos em julho a 2ª parte do curso sobre os Fundamentos do socialismo Científico. No próximo encontro, estudaremos o texto de Lênin: As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo.*

Os extratos do livro estudados coletivamente mostram:

1) O socialismo científico é fruto da observação dos antagonismos de classe da sociedade capitalista e das suas leis de funcionamento, dentre elas a da anarquia da produção. Mas como nova teoria, não partiu do nada, teve de se unir no nascedouro às idéias existentes.

2) O socialismo utópico se fundamenta numa suposta expressão da verdade, da razão e da justiça absolutas. Assim sendo, não está sujeito às condições de tempo ou espaço, portanto não está sujeito à história. Como esses conceitos variam de pessoa para pessoa, a tendência é a de unificação ao redor de um ecletismo medíocre. O primeiro passo para transformar o socialismo em ciência foi, portanto, situá-lo no terreno da realidade.

3) A história da sociedade, excetuando o primitivismo, tem sido a história da luta de classes. Essas classes lutam entre si como expressão das condições em que se realiza a produção e a troca. Assim, é na base econômica que se explicam a superestrutura social, as ideologias filosófica e religiosa dominantes etc.

4) A concepção de história dominante até então foi libertada por Hegel de seu método metafísico, ou seja, de uma concepção em que as transformações se dão por relações de causa e efeito, de forma contínua ao longo do tempo. O método dialético vai expressar as transformações históricas a partir da oposição de suas contradições internas, e das mudanças aos saltos. Porém, Hegel ainda estava preso à concepção idealista, que supõe a preponderância das idéias sobre a matéria. O socialismo científico vai colocar a história sob a concepção materialista, que parte da preponderância da matéria sobre a idéia. Surge, portanto, o materialismo histórico, dialético. Assim, vai se explicar a consciência do homem a partir de sua existência, e não mais esta pela sua consciência.

5) O socialismo utópico criticava o capitalismo e suas consequências, mas não conseguia explicá-lo, por isso não podia enfrentá-lo. Repudiava-o como mau. Somente através da explicação científica de como funcionava o capitalismo seria possível combatê-lo de forma consequente. Isso não seria resultado de um intelecto genial, mas sim das condições materiais criadas pela luta de classes, pelo desenvolvimento das duas classes sociais antagônicas do capitalismo, a burguesia e o proletariado. A descoberta de como se realizava o real processo de criação de riqueza através da exploração do trabalho assalariado

teve papel chave nesse processo. O proletário vende sua força de trabalho ao capitalista, que é dono dos meios de produção. Ao comprar essa mercadoria, o capitalista consegue, através da ligação dela aos meios de produção, obter um valor superior ao utilizado para manter os meios de produção e comprar a força de trabalho. Esse valor excedente, criado pela força de trabalho e apropriado pelo capitalista, chama-se mais-valia, é a fonte de acumulação de capital.

6) A concepção materialista da história e a descoberta do segredo da mais-valia constituem as bases do socialismo científico.

7) Engels mostra que as forças de produção capitalista nascentes entraram em contradição com a manufatura e o artesanato, com a ordem feudal, que teve de ser destruída para sobre suas ruínas se erguer o regime burguês, da livre concorrência, da liberdade de movimentos, da igualdade de direito dos possuidores de mercadorias etc. Somente assim foi possível desenvolver livremente a produção capitalista. Quando se inaugura a fase da grande indústria, ela passa a se chocar contra as relações de produção capitalistas. Essa contradição fundamental é a base sobre a qual se desenvolvem as idéias do socialismo científico.

8) O trabalho assalariado, inicialmente minoritário no passado histórico, passa a ser dominante sob o capitalismo. Dessa forma, vão se concentrando na sociedade, de um lado, os possuidores dos meios de produção, a burguesia; de outro, os produtores, que não possuem nada além da força de trabalho. Assim, por trás da contradição entre produção social e apropriação capitalista, está o conteúdo da exploração do proletariado pela burguesia, da exploração de homens sobre homens.

9) Ao concentrar e desenvolver numericamente o proletariado, o capitalismo vai criando as condições para sua superação histórica. Ao converter grandes meios de produção social em estatais, indica o caminho por onde passará a transformação. O proletariado organizado tomará em suas mãos o poder político, pondo abaixo o Estado capitalista e constituindo seu próprio Estado, que realizará a expropriação dos meios de produção da burguesia. Ao realizar o fim da propriedade privada dos meios de produção, se extinguirão as condições materiais para a existência da classe burguesa e das classes em geral. O estado passará a ser supérfluo e se extinguirá. O governo sobre as pessoas será substituído pelo governo sobre as coisas e direção dos processos produtivos. Essa será a sociedade comunista superior.

## Nesta edição:

- 44º Congresso do POR boliviano
- El Alto Rompe com o Governo
- A Pressão Social Corrói o Oficialismo
- Aprofunda-se a crise na Europa e no mundo

## Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



## 44º Congresso do POR boliviano

O XLIV Congresso do POR boliviano ocorreu no sábado de 26 de junho, em La Paz. No dia anterior, houve um ato de comemoração dos 75 anos de existência do POR e de homenagem a 1 ano da morte do seu secretário geral, Guillermo Lora. Os dois acontecimentos expuseram o vigor revolucionário da militância e a convicção de que o partido se assenta no programa comprovado pelas leis de funcionamento do capitalismo, das particularidades da revolução proletária na Bolívia e pelo desenvolvimento da luta de classes.

### 75 anos do POR

Compuseram a mesa três membros da direção do POR e um membro do POR do Brasil, representando o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.

Na abertura, foram ressaltados os acertos políticos do partido diante do governo reformista de Evo Morales, que se mostrou incapaz de golpear os latifundiários e o imperialismo e que se utiliza da violência reacionária para conter o descontentamento das massas. Ressaltou-se a tendência crescente de mobilização dos explorados diante da impostura do MAS e de seu governo se chocar com suas bases camponesas. Nessas condições, o POR vem superando o isolamento imposto pelas ilusões despertadas pelo reformismo mistificador e pode se transformar em direção física das massas. É fundamental para o partido penetrar no proletariado e ajudá-lo a superar o retrocesso vivido no último período.

O representante do Brasil falou em nome do Comitê de Enlace. Destacou a importância do POR e da revolução proletária na Bolívia para o proletariado mundial. 75 anos de existência significam a fortaleza do programa. O POR atravessou a crise da IV Internacional graças à penetração na classe operária, fundamentalmente nos mineiros, e constituição do programa, que não é senão o Programa de Transição aplicado às particularidades da Bolívia semicolonial. Enquanto as correntes que se reivindicam da IV Internacional passaram para o revisionismo e abandono do marxismo, o POR conservou as heranças e avançou as teses da revolução proletária. O desmoronamento organizativo da IV Internacional e a virada revisionista impôs um duro isolamento ao POR. Mas o partido se encontra em condições de romper o confinamento por sua ligação indiso-



lúvel com a luta de classes e pelo programa. O POR constitui-se no eixo de reconstrução da IV Internacional.

Em seguida, um membro do Comitê Central do POR tomou a palavra para mostrar que partido está em condições de responder aos novos problemas que surgem da desintegração do capitalismo e da luta de classes. Em sua longa trajetória, o POR dotou a classe operária boliviana do programa da revolução e ditadura proletárias. Impôs, sem dúvida, a derrota ideológica da burguesia. A teoria marxista da revolução, que transformará a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, se elevou, o que permite ao partido responder aos novos acontecimentos com precisão e convicção revolucionária. O fenômeno do MAS e de todas as falsificações do indigenismo pós-moderno, importadas do arsenal do imperialismo, perante

o qual a esquerda boliviana capitulou, é o exemplo mais atual. O trotskismo tem sido a única força política a combatê-lo e trabalhar pela independência do proletariado. O XLIV Congresso do POR tem a tarefa de preparar o partido para a situação que se abre de choque das massas com o governo masista.

O último orador fez a homenagem do partido a Guillermo Lora. Distinguiu-o pela mais completa dedicação ao trabalho revolucionário. Expôs, no exemplo da militância de Lora, os fundamentos leninistas do militante profissional. Não se pode combater e derrotar a burguesia senão com quadros imersos no proletariado, dedicados à unidade da teoria com a prática. O POR é um partido constituído de quadros, aos quais Lora contribuiu para formar. O orador destacou a importância das Obras Completas, resultante da longa trajetória de luta política contra a burguesia nativa e o imperialismo. E, fundamentalmente, do trabalho científico de conhecer o país e sua inter-re-

lação com o capitalismo mundial. Os escritos de Lora e o constante trabalho organizativo do POR demonstram a assimilação do método materialista histórico. As Teses de Pulacayo são a prova viva da aplicação do Programa de Transição, embora tenha se constituído como documento sindical, aprovado no Congresso Mineiro. O orador concluiu chamando a atenção para a importância da militância porista de colocar-se à altura do legado da militância profissional deixado pelo secretário geral do partido.

Os presentes saudaram o POR e o trabalho de Guillermo Lora com um viva à revolução proletária. O Ato político concluiu com o hino da Internacional.

## 44º congresso – definição da linha político-programática

A direção apresentou um balanço político. Verificou a correção geral da linha frente ao governo Evo Morales. Certamente houve falhas, que foram sanadas. Foi surpreendente a volta das ilusões democráticas entre as massas, que acabaram sendo arrastadas por trás do MAS. O partido teve de caminhar na contramão das ilusões. Mas o fato de seus prognósticos se confirmarem e suas bandeiras serem identificadas pelos explorados, nas condições em que o governo se mostra burguês e de repressão às lutas, fortalece o partido. Confirmam-se as teses poristas de que a burguesia e seu governo não têm como resolver as tarefas democráticas do país atrasado e semicolonial, como a independência frente ao imperialismo, a unidade nacional, a reforma agrária, o fim da miséria etc. Frente a tais tarefas, o MAS e seu governo revelam a impostura. A inviabilidade da democracia na Bolívia semicolonial e a impossibilidade de industrialização se confirmam a cada fracasso do nacional-reformismo. No informe, destacou-se o empenho do partido em conhecer mais a fundo as relações de propriedade no campo, a coexistência de formas primitivas com as mais avançadas de produção e o predomínio da grande propriedade da terra. Os camponeses e as nacionalidades indígenas não poderão se emancipar senão sob o governo operário e camponês, a ditadura do proletariado.

Realizada a discussão e as críticas, o informe foi aprovado.

Passou-se à Resolução apresentada pelo Comitê Central. Travou-se um debate caloroso sobre aspectos econômicos e políticos. Mas dois aspectos se destacaram: 1. O reconhecimento

que houve a volta das ilusões democráticas; 2. Os traços bonapartistas do governo Evo Morales. No primeiro caso, houve concordância com os termos da resolução. A questão era clarificar até que ponto o governo do MAS poderá alimentá-la. Na resolução, identifica-se no quinto ano de governo de Evo que as massas estão se dando conta de que as promessas do MAS não serão cumpridas e que se trata de um governo da grande propriedade. Os conflitos dos explorados com o governo vêm aumentando, o que indica que as ilusões tendem a desaparecer rapidamente. Quanto à caracterização do governo Evo, discutiram-se, sob a base da crítica, as variações de reformista e pró-imperialista. Verificaram-se os zig-zagues, as oscilações, do governo conforme as pressões das classes. Emergem traços do bonapartismo “sui generis”, regime que oscila entre a burguesia interna e o imperialismo, entre os exploradores e os explorados. O fundamental está em que os traços de bonapartismo conferem ao governo masista características autoritárias e repressivas. As tentativas de jogar um setor de explorados contra outros e de organizar bandos de ataque a grevistas indicam tendência fascitizante. O que obriga o partido, sindicatos e movimentos a se organizarem em defesa do método da ação direta. Houve acordo de que não há como Evo consolidar um governo bonapartista pleno, das as contradições e o choque contra as massas. Não terá como se fortalecer como árbitro entre as classes e suas frações. O Congresso votou por maioria a resolução, com devidos adendos e supressões.

O trabalho congressual terminou com informe de atividades das células e dos comitês regionais.

## Reunião do Comitê de Enlace

Depois do congresso, no dia 27, reuniu-se o Comitê de Enlace. Avaliou-se a importância do Boletim do Comitê de Enlace como um instrumento para centralizar o trabalho das seções e expressar o internacionalismo, voltado a reconstruir a IV Internacional. É necessário levar em conta a crise que se abriu no capitalismo mundial e que indica grandes confrontos. Está colocado para o CE atuar nessas novas condições com a bandeira do Programa de Transição da IV Internacional. Aprovou-se um BI para setembro, tendo por base os 75 anos do POR boliviano.

Informe de Atilio de Castro

## El Alto Rompe com o Governo

Até às vésperas, El Alto era um dos mais fortes bastiões do MAS. Hoje, seguindo a tendência das massas para se tornar independente do governo impostor, o XVI Congresso Ordinário da Fejuve (Federação dos Comitês de Bairro) de El Alto, após constatar que o governo do MAS desapontou todas as suas ilusões e traiu a luta para nacionalizar os combustíveis, finalmente, depois de verificar que se trata de mais um governo da burguesia vendida, condena o governo e proclama sua independência política diante dele.

O Congresso expulsou todos os membros do antigo Comitê Executivo da Fejuve como traidores e por estarem totalmente a serviço dos governos nacional, departamental e municipal.

O documento político do MAS foi rejeitado na Comissão

Política, foi seguido como base o documento apresentado pelo POR, ao qual foi incorporado uma série de adendos retirados da proposta masista, que acabaram por distorcer seu conteúdo.

No entanto, proclama a necessidade de “uma verdadeira revolução social que exproprie pela força a grande propriedade multinacional em nosso solo, as grandes propriedades rurais latifundiárias, o sistema bancário e outros. Com as quais serão assentadas as condições para que a nação oprimida tome o poder de uma forma real, estruturando um Governo Operário e Camponês assentado nos “órgãos do poder” das organizações sociais.

(Extraído do Jornal Massas boliviano nº 2178, de 09/07/10)

# A Pressão Social Corrói o Oficialismo

O governo do MAS não está imune às mudanças da situação política que, neste processo, é caracterizada por uma grande parte da classe média, do proletariado e do movimento camponês/indígena se movimentarem para uma posição de franca oposição ao oficialismo. O bloqueio de estradas em Caranavi que terminou em uma brutal repressão, os protestos do movimento fabril contra o miserável aumento salarial de 5% e contra o projeto da nova lei trabalhista, a greve e as manifestações dos professores urbanos tiveram a virtude de desnudar politicamente o governo como burguês e anti-operário. A última marcha dos indígenas da planície, exigindo uma verdadeira descentralização sobre as fronteiras departamentais, exigência que aponta para uma efetiva autodeterminação das nações oprimidas, sacodem a estrutura política do MAS.

Por outro lado, o governo está irredutível contra a pressão social adotando atitudes abertamente despóticas, recorre à repressão policial em alguns casos, para sufocar a rebelião dos manifestantes, organiza grupos de choque como a CONALCAM e bandidos agindo como se fossem pais de família para enfrentarem a mobilização, como no caso dos professores; mobiliza os produtores de coca e de outros setores para ameaçar acabar a pauladas com as manifestações indígenas, vergonhosamente recorre a argumentos torpes e brutos para desacreditar os líderes da mobilização, chamando-os de reacionários, agentes da direita e do imperialismo por oporem-se ao “processo de mudança”. Pois é evidente que, atendendo às reivindicações das massas mobilizadas, iria significar perda de lucro para os patrões, uma parcela da mais-valia, prejudicando os interesses materiais da classe dominante e das corporações multinacionais, violando as disposições da Constituição burguesa, etc. Nessa medida, mostra-se como um governo abertamente anti-popular, disposto a qualquer coisa para frear

a luta dos explorados.

Frente a este quadro social, imediatamente aparecem no oficialismo tendências polarizadas: de um lado, a camarilha que cerca o palácio e o parlamento, avaliando chegar a hora de aumentar seus benefícios no poder, García Linera e seu bando, os Surco, os Avalos, os Romeros, Sacha Llorente etc; aparecem como a linha dura contra os conflitos sociais, e de outro lado, os deslocados como Alejandro Almaraz, e as vítimas da pressão das bases, como os deputados e senadores indígenas, as bases gerais das chamadas “organizações sociais” como o CONAMAC e outras que já não podem mais se entender com o “seu governo”. Durante a noite, batendo e lutando, aparecem setores que, até ontem, eram o seu apoio social.

O aprofundamento da crise econômica começa a castigar amplas camadas pobres da população, que se traduzirá em uma tendência de alta dos preços dos produtos de primeira necessidade, (agravada pela seca que está afetando a produção agrícola e que, em alguns meses, se manifestará como escassez de alimentos). Isto criará condições para uma maior agitação social e manifestações explosivas, que fatalmente vão colidir com a política de proteção à classe dominante que o governo executa. Esta intensificação das contradições entre os explorados e o governo, como resultado do agravamento da miséria, indica que as contradições internas da decisão também vão se aprofundar. No MAS (que é um amontoado sem linha e sem um programa que garanta a unidade e a continuidade de suas ações) o mais provável é que eclodam tendências centrífugas que aumentem ou diminuam, dependendo das contradições do processo político. O seu futuro cada dia se torna mais complicado e pode acabar sendo quebrado pelo crescente descontentamento social.

(Extraído do Jornal Massas boliviano nº 2178 de 09/07/10)

## Aprofunda-se a crise na Europa e no mundo

O mês de junho foi de grandes perdas nas bolsas de valores mundiais. Vários acontecimentos influenciaram nesse resultado: a quebra das ações da British Petroleum (por causa do vazamento de petróleo no Golfo do México), o anúncio da Alemanha de corte de 80 bilhões de euros do seu orçamento, as previsões de recuo do crescimento chinês, a avaliação negativa de agências quanto à possibilidade de pagamento das dívidas dos governos europeus, os maus resultados do desempenho do emprego nos Estados Unidos.

Esses fatores certamente afetaram de modo circunstancial o desempenho das bolsas de valores em todo o mundo. Mas há um elemento mais forte, que torna esses elementos apenas marcadores de um quadro mais geral e profundo: a crise econômica capitalista, iniciada em 2008, se estendeu ao longo de 2009 e prossegue em 2010, apesar de toda a fábula de recursos governamentais queimada em todo o mundo para amenizar seus efeitos. Trata-se da contradição entre o grande potencial produtivo desenvolvido e as relações de apropriação capitalistas. Tudo

indica que ainda não foram destruídas forças produtivas num nível suficiente para uma retomada do crescimento capitalista a partir da reconcentração de mercados e capitais. O que pode ser traduzido como um profundo ataque às condições de vida das massas, lançado pelos capitalistas e seus governos, de modo a despejar o custo da crise sobre os assalariados. A trajetória da crise em marcha depende fundamentalmente da capacidade dos governos de impor às massas as medidas que expressarão essa ofensiva.

### Sétima greve geral na Grécia

As centrais sindicais dos setores público e privado convocaram para o último dia 08 de julho uma nova greve geral na Grécia. O movimento foi de protesto contra a votação no parlamento da reforma da previdência, que foi uma imposição dos governos europeus como condição para liberarem o empréstimo de recursos para pagamento da dívida pública grega. Além de aumentar a idade da reforma de 60 anos para 65 anos, o texto, votado no parlamento pela maioria “socialista”

e dois independentes, prevê também cortes em média de 7% das pensões e um aumento dos anos de contribuição, passando dos atuais 37 para 40 anos.

A reforma da previdência grega é uma das medidas de ataques às massas exigidas pelos capitalistas como meio de amenizar a crise capitalista. A destruição da aposentadoria pública é um meio obter recursos para o Estado falido pelo subsídio aos capitalistas em crise. Mas a ofensiva capitalista não para por aí. Exige-se ainda o rebaixamento geral dos salários visando a uma possível redução geral dos custos de produção.

As várias greves gerais realizadas, com grandes movimentos de massa enfrentando forte repressão, indicam tendência de resistência das massas à ofensiva capitalista. Ressalta também a ausência de uma direção revolucionária, que aponte para o combate pela destruição do poder político burguês. Até agora, as manifestações estão direcionadas à pressão sobre o parlamento, que executa as diretrizes traçadas pelos capitalistas.